S. João da Madeira
Câmara Municipal

Projeto Educativo Municipal

S. João da Madeira

www.cm-sjm.pt

Índice

I.Introdução_____7

II. Contexto_____10

2.1 - O conceito de Cidade Educadora_____11

2.2 - As competências dos municípios na área da educação_____15

2.3 - População e breve caracterização económica_____19

III. Diagnóstico_____22

3.1 - Breve diagnóstico da evolução no concelho de S. João da Madeira_____23

3.2 - Rede Escolar_____29

3.3 - Oferta Formativa_____31

3.4 - Sucesso Educativo_____36

3.5 - Estruturas Locais/Municipais de Apoio, Redes de Parcerias_____47

3.6 – Pontos Fortes e Pontos a Melhorar_____47

3.6.1 - Pontos Fortes_____48

3.6.2 - Pontos a Melhorar_____50

IV. Plano de Ação _____53

4.1 - Linhas Orientadoras do Projeto Educativo_____54

4.2 - Plano de Atividades e Calendarização_____58

4.3 – Avaliação_____59

VI. Glossário _____64

VII.Bibliografia_____65

VIII. Anexos_____72

Anexo 1 - Resultados do Questionário à comunidade educativa _____73

Anexo 2 – Rede de parceiros do concelho de S. João da Madeira _____83

Índice de quadros e gráficos

Gráficos:

Gráfico 1 - Distribuição dos alunos matriculados, em São João da Madeira, no ano letivo 2012/2013 _____23

Gráfico 2 - Evolução do número de alunos matriculados, em São João da Madeira, entre 2008/2009 e 2012/2013_____24

Gráfico 3 - Evolução do número de crianças apoiadas pelo programa de Ação Social Escolar nos Jardins-de-Infância, entre 2009/2010 e 2012/2013_____26

Gráfico 4 - Evolução do número de alunos apoiados pelo programa de Ação Social Escolar nas Escolas do 1º Ciclo da Rede Pública, em São João da Madeira, em 2009/2010 e 2012/2013_26

Gráfico 5 - Evolução dos escalões beneficiados pelos alunos matriculados no 2º Ciclo, em São João da Madeira, entre 2009/2010 e 2012/2013_____27

Gráfico 6 - Evolução dos escalões beneficiados pelos alunos matriculados no 3º Ciclo, em São João da Madeira, entre 2009/2010 e 2012/2013_____27

Gráfico 7 - Evolução do número de alunos abrangidos pelos escalões A e B no ensino secundário, em São João da Madeira, entre 2009/2010 e 2012/2013 _____28

Gráfico 8 - Percentagem de alunos apoiados pelo programa de Ação social Escolar nas Escolas da Rede Pública, em São João da Madeira, no ano letivo 2012/2013_____28

Quadros:

Quadro 1 - Alunos matriculados nos estabelecimentos públicos e privados, em São João da Madeira, em 2012/2013_____24

Quadro 2 - Taxa bruta de escolarização, por ciclo, em São João da Madeira, nos anos letivos de 2009/2010 e 2010/2011_____25

Quadro 3 - Taxa real de escolarização, pré-escolar, em São João da Madeira, nos anos letivos 2009/2010 e 2010/2011_____25

Quadro 4 - Percentagem de alunos com Ação Social Escolar (1º e 2º escalão), por ciclo, escalão e ano letivo, em São João da Madeira _____ 25

Quadro 5 - Agrupamentos de Escolas de São João da Madeira, em 2012/2013 _____30

Quadro 6 - Unidades educativas, das redes privada e solidária, em 2012/2013_____31

Quadro 7 - Oferta educativa e formativa do agrupamento de Escolas de Oliveira Júnior____32

Quadro 8 - Oferta educativa e formativa do Agrupamento de Escolas João da Silva Correia_33

Quadro 9 - Oferta educativa e formativa do Agrupamento de Escolas de Serafim Leite_____34

Quadro 10 - Oferta educativa e formativa do Centro de Educação Integral _____35

Quadro 11 - Oferta educativa e formativa do Externato D. Dinis_____35

Quadro 12 - Percentagem de alunos em situação de retenção e abandono escolar no 1º Ciclo, em São João da Madeira, entre 2009/2010 e 2011/2012_____36

Quadro 13 - Número de alunos em situação de retenção e abandono escolar no 2º Ciclo, em São João da Madeira, entre 2009/2010 e 2011/2012_____36

Quadro 14 - Número de alunos em situação de retenção e abandono escolar no 3º Ciclo, em São João da Madeira, entre 2009/2010 e 2011/2012_____37

Quadro 15 - Número de alunos em situação de retenção e abandono escolar no ensino secundário, em São João da Madeira, entre 2009/2010 e 2011/2012_____37

Quadro 16 - Taxa de transição de ano por ciclo e por ano letivo, em São João da Madeira – 1º ciclo do ensino básico_____38

Quadro 17 - Taxa de transição de ano por ciclo e por ano letivo, em São João da Madeira – 2º ciclo do ensino básico_____38

Quadro 18 - Taxa de transição de ano por ciclo e por ano letivo, em São João da Madeira – 3º ciclo do ensino básico_____38

Quadro 19 - Taxa de transição de ano por ciclo e por ano letivo, em São João da Madeira – ensino secundário_____39

Quadro 20 - Taxa de conclusão de ciclo, por ano letivo, em São João da Madeira_____39

Quadro 21 - Percentagem de alunos que frequentam o ensino secundário por ano letivo, em São João da Madeira_____40

Quadro 22 - Percentagem de alunos que frequentam o ensino secundário por curso, ano de escolaridade e ano letivo, em São João da Madeira_____40

Quadro 23 - Média de classificação interna por ciclo, ano letivo e género, em São João da Madeira_____41

Quadro 24 - Média de classificação interna das provas de aferição, por ano de escolaridade, por ano letivo e disciplina, em São João da Madeira_____42

Quadro 25 - Média de classificação dos exames nacionais, por disciplina, por ano letivo e por ano de escolaridade, em São João da Madeira_____43

Quadro 26 - Média de classificação dos exames nacionais, por ano de escolaridade e por ano letivo, em São João da Madeira_____43

Quadro 27 - Média de classificação dos exames nacionais, por disciplina, por ano de escolaridade e por ano letivo_____44

Quadro 28 - Percentagem dos alunos com necessidades educativas especiais, por ciclo de ensino, em São João da Madeira, entre 2009/2010 e 2012/2013_____45

Quadro 29 - Taxa de analfabetismo nos concelhos da Área Metropolitana do Porto_____46

Quadro 30 – Fases do processo avaliativo_____60

I. INTRODUÇÃO

I INTRODUÇÃO

Como afirma Maria Beatriz Canário: *"O PEL (Projeto Educativo Local) pode ser definido como o instrumento de realização de uma política educativa local, que articula as ofertas educativas existentes, os serviços sociais com os serviços educativos, promove a gestão integrada dos recursos e insere a intervenção educativa numa perspetiva de desenvolvimento da comunidade."*[1]

Com efeito, à noção de Projeto Educativo Local está subjacente a ideia de promover a articulação interinstitucional a nível local e a da necessidade de uma ação concertada entre os atores locais. A educação não se limita ao espaço da escola, envolvendo também a família e a comunidade, que influenciam, não raras vezes, as representações dos alunos e os seus percursos escolares. Por este motivo, o sucesso escolar e a cidadania plena são responsabilidade de toda a comunidade que dispõe de recursos e potencialidades que não deverão ser negligenciados.

S. João da Madeira viu nascer o seu Projeto Educativo Municipal em 2005, complementado com planos de atividades anuais até 2012/2013.

Este documento surge, assim, como revisão do documento original, o qual foi beber toda a experiência e diagnóstico à Carta Educativa do município, sobretudo o seu 2.º relatório de evolução da situação educativa, datado de março de 2013. Foi importante também o contributo dado pela Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica, no âmbito do projeto Programa de Elaboração, Desenvolvimento e Avaliação de Projetos Educativos Municipais e de Projeto Educativo Metropolitano promovido pela Área Metropolitana do Porto.

Se tradicionalmente o papel das autarquias na área da educação se restringia à coordenação de serviços de limpeza, vigilância, conservação e manutenção de escolas e disponibilização de terrenos para construção de escolas, cada vez mais essas competências se alargam e implicam uma visão da autarquia como coordenadora das diversas iniciativas promovidas pela comunidade educativa local, na ótica do plano de desenvolvimento local integrado e integrador.

[1] Maria Beatriz Canário, *Construir o Projecto Educativo Local: Relato de uma Experiência*, s.l., Instituto de Inovação Educacional, s.d., p.3.

Seguindo a lógica de cooperação e trabalho de parceria com a comunidade educativa, não se pretende que o Projeto Educativo Municipal substitua o papel desempenhado pelos projetos educativos das escolas/agrupamentos, mas sim trabalhar de forma concertada com as escolas, agrupamentos de escolas e demais agentes educativos, uma vez que a sinergia criada entre os vários intervenientes no processo educativo poderá culminar em projetos que vão ao encontro das necessidades detetadas e, assim, contribuir para a eficácia do respetivo processo.

Face ao exposto, a planificação do presente projeto educativo municipal contou com os contributos/implicação da comunidade educativa, obtidos através de inquéritos por questionário e reuniões de trabalho, para além do importante conhecimento do terreno por parte das equipas da Câmara Municipal de S. João da Madeira.

Este Projeto Educativo Municipal terá como horizonte temporal o ano letivo 2013/2014 ao ano letivo 2017/2018.

II. CONTEXTO

2.1. O CONCEITO DE CIDADE EDUCADORA [2]

A Educação, fazendo parte integrante da sociedade, encontra-se a viver uma série de mudanças, devido, basicamente, às próprias mudanças verificadas na sociedade atual. A crise de valores, o novo conceito de família, a propagação e a mediatização da informação, a rapidez do desenvolvimento tecnológico e científico, a competição desenfreada entre empresas e pessoas, fazem com que a escola tenha, diariamente, de ir repensando o seu papel e a estar cada vez mais voltada para o meio envolvente. O mesmo será dizer para a designada Comunidade Educativa.

Esta nova sociedade é também desafiadora, por exigir mudanças radicais e profundas que vão mais além dos sistemas educativos formais e do ensino regular. A educação deve ser entendida como um processo ao longo da vida, sendo esta da responsabilidade dos diferentes agentes que fazem parte da comunidade, e não apenas da Escola. A revalorização social e uma maior qualificação dos profissionais da Educação, a reafirmação da Educação como um instrumento poderoso para contribuir para a luta contra as desigualdades e a favor da coesão social, a formação de uma cidadania crítica e solidária, mais criativa e capaz de selecionar e transformar a informação em conhecimento, são apenas alguns exemplos de desafios que deve enfrentar a Educação no presente e no futuro mais imediato se queremos construir a sociedade educadora proposta pela UNESCO: uma educação cujo objetivo fundamental é o de “aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a conviver”.

Num contexto de redefinição do papel do Estado e do reforço das competências dos Municípios na área da Educação, emerge a relação entre a escola e a cidade e, como afirma MACHADO (2004, p. 161), “a força da metáfora da cidade educadora, enquanto ideia-projecto que realça a potência educativa da cidade e a intencionalidade educativa da acção social, cultural e educativa do município”.

Perspetivada do lado da ação interventora na cidade, a ideia de Cidade Educadora

[2] COSTA. John Nelson (2007). *A planificação educativa dos municípios da Área Metropolitana do Porto segundo o conceito de cidade educadora*. Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Porto.

comporta um conceito de cidade que dá unidade ao sistema humano, social e cultural em que os homens vivem e interagem e que serve de paradigma para ajuizar a capacidade ou potência educativa da cidade, através da educação formal, da educação informal e da educação não-formal (idem, p. 164).

Na diversidade de conceitos de cidade educadora, emerge aquele que coloca o Município no elo central da rede, quer seja na organização, na promoção e oferta de programas e serviços educativos, sociais e culturais, quer no apoio às atividades da sociedade civil nestes domínios, com vista ao estabelecimento de uma politica global que concretize um projeto educativo global da cidade. O Município deve organizar, mas também fomentar e motivar para que os demais agentes da cidade organizem e promovam eles próprios, sem deixar nunca de clarificar bem os papéis de uma forma reguladora e encorajadora. Neste contexto, será necessário a elaboração de um projeto educativo comum à Escola e à Cidade, integrando de forma planeada e articulada os vários programas oferecidos pelos diversos agentes da cidade.

A instituição-escola sozinha perde, assim, capacidade de resposta perante o tão grande número de necessidades e problemas sociais existentes; precisa de coordenação com outras entidades formativas e educadoras: a família, as instituições locais, as associações e as empresas. São os chamados “novos cenários educativos”, assim intitulados por vários autores, entre os quais CABEZUDO (2004a, p. 38).

No projeto da Cidade Educadora, a Administração Local deve assumir a sua responsabilidade nos planos de desenvolvimento integral do território, propondo, apoiando, catalisando esforços e liderando a rede de relações e funções que tornem operacionais as iniciativas acordadas e com o protagonismo de todos. As necessidades de desenvolvimento cultural e de participação requerem a presença dos diferentes agentes que participem numa política territorial determinada para constituir assim um tecido social amplo, que se consolide como fator de desenvolvimento cultural e educativo. A educação, ao gerar processos que fomentam a vida associativa, a participação e a capacidade de integrar as diversas realidades culturais,

tem pois que incorporar-se nos conteúdos das políticas culturais (VILLAR, 2001, p. 39).

Entra aqui o conceito de desenvolvimento comunitário e de planificação social. Arthur Dunham citado por MARCHIONI (1989, p.51) assinala uma série de elementos que se destacam no processo de organização da comunidade: desenvolvimento programado, ou seja, a necessidade de planificar os programas e as intervenções; coordenação e integração entre organizações, indivíduos e grupos da comunidade; educação, promoção e participação. As propostas educativas de uma cidade devem nascer de um acordo entre as instituições/ recursos da comunidade, pois a educação, como se disse atrás, não é só uma preocupação do sistema educativo formal, razão pela qual a educação tem de integrar as políticas culturais.

O novo modelo de desenvolvimento centra-se no local, enquanto potencializador de atuações integradas dos diferentes atores e das diferentes parcerias, local esse que a evolução nos domínios políticos e económico faz emergir como recurso face à incapacidade das grandes estruturas assumirem os seus papeis organizadores e reguladores com eficácia (CANÁRIO, 1999).

O renovado interesse pelo local, no último quartel do séc. XX, está associado à crescente complexidade dos problemas sociais e da sua também crescente visibilidade social, politica, científica e mediática. Um dos fatores explicativos deste interesse tem a ver com a própria incapacidade dos poderes públicos centrais para encontrarem soluções para os problemas do desemprego, da pobreza, da injustiça social, que emergiram ou se agravaram neste período (FERREIRA, 2005, p. 84).

Hoje muitos ainda são aqueles que veem o papel das autarquias apenas e só vocacionado para as áreas das infraestruturas e equipamentos básicos, como forma de satisfazer necessidades fundamentais das populações. Contudo, a gestão das Câmaras Municipais não se pode limitar a esse papel, muitas vezes apenas de intervenções conjunturais. Tem de se pautar por um rigoroso planeamento e

avaliação. Muitas autarquias vão mais além do que o definido pela Lei. No caso concreto da Educação, nada aponta para que os Municípios participem, por exemplo, no combate ao insucesso e ao abandono escolares, não sendo esta uma competência legalmente atribuída. No entanto, esta nebulosa indefinição político-jurídica central, como designa RUIVO (2000), aliada à pressão local, neste caso e sobretudo das escolas, podem concorrer para a explicitação de opções, por parte dos municípios, no sentido de encontrarem formas de apoio capazes de combater este problema. Entendemos, contudo, que esta atuação deve ser vista como sendo positiva, visto tratar-se de um problema estruturante de uma comunidade. Ou, como afirma RUIVO (2000, p. 27), uma postura "empreendedora".

MONTEIRO (1997, p.20) vai mais longe: "É também importante e que hoje está provado que esta capacidade de intervir localmente, de criar dinâmicas locais, de trabalhar em parceria com os agentes da comunidade educativa... indica claramente que este é um caminho com resultados positivos e concretos porque, de facto, há capacidade local de ter um projeto educativo".

Hoje, mais do que nunca, todos os Municípios dispõem de incontestáveis possibilidades educadoras. De uma forma ou de outra, contêm elementos importantes para a formação integral dos seus habitantes. O desafio será colocar à disposição do indivíduo, na sua Educação plena, todo o conjunto de instituições, organismos e programas, tal como refere Cabezudo (2004, p. 12): "Investir na Educação, no desenvolvimento de cada indivíduo, de modo a que este seja capaz de expressar, afirmar e potencializar as suas capacidades e de se sentir, ao mesmo tempo, membro de uma sociedade capaz de dialogar, de fazer frente a injustiças e de ser solidário".

Em suma, quando falamos de Educação não a reduzimos à instituição Escola. Agora, entendemos a Educação como um processo complexo que se desenvolve em múltiplos espaços e por diversos atores. Para além dos alunos, professores, auxiliares, técnicos, administrativos e família, fazem parte da hoje designada comunidade educativa, todos aqueles que constituem o meio envolvente à escola. Podemos destacar alguns: a Câmara Municipal e os restantes órgãos de soberania, grupos

religiosos, bibliotecas, museus e demais espaços culturais, sindicatos, partidos políticos, organizações não governamentais, associações recreativas, culturais, desportivas e humanitárias, academias de arte e espetáculo, centros de formação profissional, hospitais e centros de saúde, a indústria, o comércio e os serviços, entre outros. Todos estes produzem acontecimentos educativos diversificados e ricos em experiências de construção coletiva (Anália Brarda e Guillermo Ríos, p. 41). No fundo, "fazer de cada cidade uma cidade educadora é uma tarefa que urge, compartilhada por todos e por cada um de nós" (CARNEIRO, 1999, p. 202).

Um Projeto Educativo Municipal é, a partir do nosso ponto de vista, um plano estratégico capaz, portanto, de definir linhas estratégicas e atuações concretas para o futuro a curto e médio prazo de maneira participativa e consensual. A sua realização requer, então, certas condições. (GOMEZ-GRANELL, p. 32). Como argumento dessa estratégia, dizemos que a formação e a educação são possíveis a partir de muitos âmbitos da vida quotidiana, posto que as pessoas aprendem e se educam no decorrer de toda a sua vida. E a cidade precisa deixar de ser um simples cenário da ação educativa para se converter em agente educador. (CABEZUDO, 2004a, p.30). Para que isso aconteça, em primeiro lugar, as cidades devem ser consideradas como verdadeiros espaços de aprendizagem, organizando, sistematizando e aprofundando o conhecimento informal que adquirimos dela espontaneamente na vida quotidiana, e ajudar a descobrir as relações e a estrutura ou estruturas que com frequência não se mostram diretamente percetíveis (Idem, p. 31).

2.2. AS COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

A representação da autarquia nos órgãos das Escolas surge em 1989. O Despacho n.º 8/SERE/89, de 8 de Fevereiro, reforça a autonomia da escola ao publicar o Regulamento do Conselho Pedagógico e dos seus órgãos de apoio, prevendo que no Conselho Consultivo esteja representada a autarquia. Muitas escolas convidaram a Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia a estarem presentes nesse órgão, contudo, como essa presença não tinha carácter obrigatório, essa não foi uma prática generalizada. A participação da autarquia tinha como objetivo fundamental colaborar

na construção do projeto educativo de escola, apreciar o plano anual de atividades e colaborar na sua execução e, ainda, formular pareceres e dar sugestões que fossem solicitadas ou consideradas oportunas – competências do Conselho Pedagógico da Escola.

Na década de 90, foi aprovado mais um conjunto de diplomas legislativos estruturantes. Em 1991 é publicado o então designado "novo modelo de gestão das escolas" a título experimental – o Decreto-Lei nº 172/91, de 10 de Maio – que define o regime de direção, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Surge, assim, uma nova forma de ligação ao poder autárquico ao criar o Conselho de Escola que deveria contar com a representação da Câmara Municipal (artigo 9.º), assim como das associações de pais, dos professores, do pessoal não docente, das associações culturais e sociais. Não obstante o legislador pretender valorizar o papel das autarquias no domínio educativo, na prática o representante do Município é considerado ao nível e com o mesmo grau de responsabilidade atribuído aos restantes representantes locais, estes, contudo, sem quaisquer responsabilidades políticas.

Em 1997, é criada a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei n.º 5/97, de 1 de Fevereiro, concretizada através do Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Junho, que define o ordenamento jurídico do desenvolvimento e expansão da rede nacional de educação pré-escolar). Continua a ser responsabilidade municipal a construção, aquisição, ampliação e remodelação das instalações existentes, no equipamento e apetrechamento e no funcionamento (artigo 19.º). A partir deste decreto-lei, foi celebrado um protocolo tripartido entre a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, o Ministério da Educação e o Ministério da Solidariedade e Segurança Social, criando o "Programa de Apoio à Família". Assim, as Câmaras Municipais passariam a contratar animadores/monitores que assegurassem o acompanhamento das crianças nos períodos extra letivos, nomeadamente no chamado "Acolhimento" antes das 9 horas da manhã, e no "Prolongamento" após as 15.30 horas. Para além disso, assegura-se o período de almoço. Desta forma, responde-se às necessidades das famílias em ter onde ocupar os filhos após as 25 horas letivas. Este protocolo ainda hoje é referido como sendo exemplar, considerando as mais-valias para cada

comunidade.

Depois do período experimental introduzido pelo Despacho Normativo n.º 27/97 de 2 de Junho, que criou os primeiros Agrupamentos de Escolas no país, o Decreto-Lei n.º 115-A/98 de 4 de Maio veio institucionalizar o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos da educação pré-escolar ao ensino secundário, através da criação dos Agrupamentos de Escolas. De acordo com o enunciado no próprio diploma, este caracteriza-se por definir um quadro matricial comum para o universo das escolas, das quais se excetua o ensino superior, o que faz pressupor uma lógica de articulação e de flexibilidade, de modo a permitir não só a adaptação a diferentes contextos em que as escolas se inserem, como a criação de mecanismos aptos a servir unidades de gestão viáveis, orgânica e pedagogicamente sustentáveis.

As autarquias passariam a estar obrigatoriamente representadas na Assembleia de Escola, (n.ºs 1 e 2, do artigo 8.º) órgão responsável pelas linhas orientadoras da direcção da escola. A própria criação dos Agrupamentos resulta de uma negociação tripartida entre a escola, a administração central e a administração municipal (artigo 47.º).

Um dos mais importantes diplomas legais dos municípios é a Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, que vem estabelecer um novo quadro de referência de atribuições e competências para as autarquias locais e revoga o Decreto-Lei n.º 77/84, de 8 de Março e demais legislação que contrarie o que a presente Lei dispõe. Uma das novidades desta Lei é o conceito de contratualização, como forma de resolver a questão entre a administração central e a local, relativamente às competências não universais (n.º 3, artigo 6.º). A mesma Lei mantém competências já definidas em diplomas anteriores, concretamente no que concerne ao planeamento e gestão dos equipamentos educativos, realizar investimentos na construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e das escolas do ensino básico (n.º1, artigo 19.º); assegurar os transportes escolares, a gestão dos refeitórios, a comparticipação no apoio à ação social escolar, da educação pré-escolar ao ensino básico (n.º 3, artigo 19.º). Passa a ser competência do Município a elaboração da Carta Escolar, documento de planeamento educativo a integrar o Plano Diretor Municipal, bem como a criação dos Conselhos Locais de Educação, enquanto órgão

consultivo do município. Passa a ser competência municipal o apoio ao desenvolvimento de "atividades complementares de ação educativa" e às "atividades extraescolares".

Outro diploma estruturante nasceu em 1999, a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. Define-se aqui que compete à Assembleia Municipal deliberar sobre a criação do Conselho Local de Educação, sob proposta da Câmara Municipal. No âmbito das competências das Câmaras Municipais, define-se que estas apoiam ou comparticipam a ação social escolar e as atividades complementares no âmbito de projetos educativos e mantém a competência na organização e gestão dos transportes escolares, e em matéria de ação social escolar o apoio na alimentação dos alunos dos 1.º Ciclo e Jardim-de-infância, alojamento e atribuição de auxílios.

Entrando no Século XXI, o primeiro diploma legal com relevância para o nosso estudo é o Decreto Regulamentar n.º 12/2000, de 29 de Agosto. Estabelece-se um conjunto de princípios orientadores da constituição e organização dos Agrupamentos de Escolas, nomeadamente a definição de um projeto educativo comum. Neste caso, de acordo com o artigo 4.º, é fundamental o parecer favorável da autarquia e os recursos disponíveis que viabilizem o agrupamento. O normativo prevê ainda que, em segundo lugar, pode caber às autarquias locais propor a constituição do agrupamento (artigo 5.º), devendo constar da proposta os recursos humanos, técnicos e financeiros disponíveis. De assinalar que pela primeira vez num diploma referido à gestão do sistema educativo, é citado o envolvimento da freguesia.

O Despacho Normativo n.º 8/2002 visa regulamentar o Programa de Apoio à Implementação da Rede Social, criado a partir da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro. Trata-se de uma "medida ativa de política social que impulsiona um trabalho de parceria alargada", incidindo na planificação estratégica da intervenção social local, compreendendo atores sociais de diferentes naturezas e áreas de intervenção, nomeadamente entidades públicas e privadas sem fins lucrativos, "tendo em vista uma maior eficácia na erradicação da pobreza e exclusão social e na promoção do desenvolvimento social". O seu âmbito mais específico é o de sinalizar as situações mais graves de pobreza e de exclusão social existentes nas

áreas territoriais abrangidas pelas estruturas da rede e apreciação de propostas de solução a partir dos recursos locais ou, caso não seja possível encontrar uma resposta adequada nesta sede, de encaminhamento para outras entidades e níveis de intervenção, numa lógica de subsidiariedade. Apesar desta ser a linha mestra da Rede Social, este normativo legal admite a possibilidade de se promover a articulação progressiva da intervenção social dos agentes locais, nomeadamente através da planificação de projetos integrados que deverão ser dinamizados por entidades parceiras, podendo, para o efeito, haver lugar à celebração de contratos-programa, conforme previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de Novembro.

O Decreto-Lei 7/2003 de 15 de janeiro extingue os Conselhos Locais de Educação e cria os Conselhos Municipais de Educação, presididos pelo respetivo Presidente da Câmara. Este diploma define que às Câmaras compete a elaboração de Cartas Educativas, em articulação com o Ministério da Educação, que iria definir os meios de apoio e financiamento.

Em 2005, implementa-se programa de refeições escolares no 1.º Ciclo através do Despacho n.º 22251/2005 e o "Programa de Generalização do Ensino de Inglês nos 3.º e 4.º anos do 1º ciclo do ensino básico", como oferta educativa extracurricular gratuita, que permitisse desenvolver competências e fomentar o interesse pela aprendizagem deste idioma ao longo da vida, bem como aumentar a competitividade dos trabalhadores e da economia portuguesa.

O Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril (e alterações subsequentes) aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, destacando-se a presença dos Municípios no conselho geral.

2.3. POPULAÇÃO E BREVE CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA

Integrada na Área Metropolitana do Porto desde 2004, a cidade – a segunda maior do distrito de Aveiro – vê a sua população de cerca de 22 mil habitantes praticamente duplicar quando se contabilizam os residentes noutros pontos da região que diariamente rumam ao Município para exercer a sua profissão, estudar, fazer as suas compras ou tratar dos mais diversos assuntos. Comparativamente com os resultados de 2001, os resultados dos Censos de 2011 revelam que a população residente em S. João da Madeira aumentou, bem como o número de famílias, alojamentos e edifícios.

S. João da Madeira orgulha-se de ser conhecida como a Cidade do Trabalho, mas passou a ser reconhecida também pela qualidade de vida, sendo de destacar o facto de ter sido distinguida em diferentes estudos como uma das melhores para se viver em Portugal. Em 2010, conquistou mesmo o 1.º lugar num estudo efetuado pelo Instituto de Tecnologia Comportamental.

Entre as prioridades da ação da Câmara de S. João da Madeira estão sempre as escolas, colocadas ao nível das melhores do País. A implementação de uma verdadeira política social, a despoluição do rio Ul, a criação de novos espaços desportivos e culturais, assim como a aposta no empreendedorismo têm sido outros passos dados no sentido de levar o progresso da cidade ainda mais além. Têm-se igualmente registado importantes avanços na intensificação da rede de acessibilidades, seja no sentido físico, seja no sentido tecnológico – melhorando o relacionamento entre a autarquia e os cidadãos pela via digital.

Ao nível de empregabilidade, o setor do calçado assume um papel preponderante na cidade, visto estarem instaladas no concelho várias empresas que se dedicam ao respetivo setor. Projeto estruturante para S. João da Madeira e para a região é a Sanjotec - Centro Empresarial e Tecnológico, que constitui uma oportunidade de atrair empresas de base tecnológica à cidade, criando emprego mais qualificado, com mais valor acrescentado e com melhores níveis de rendimento. Este equipamento está localizado em terrenos contíguos ao Centro Tecnológico do Calçado (CTC), entre as zonas industriais do Orreiro e da Devesa Velha. Aí está também em construção um Núcleo de Investigação e Desenvolvimento (I&D) Empresarial**.**

A Câmara Municipal de S. João da Madeira está a promover a criação no concelho de um complexo denominado "Oliva Creative Factory", que inclui uma Incubadora de Negócios Criativos. Este centro está a nascer no antigo pólo industrial da metalúrgica Oliva, em concreto na chamada zona 2 (ou fabricos gerais). Outro espaço desativado da antiga Oliva, o edifício da sua emblemática Torre, alberga o Welcome Center dos "Circuitos pelo Património Industrial" de S. João da Madeira. Trata-se de um produto turístico criado pelo Município que conjuga a recuperação e a preservação do espólio industrial da região e que projeta o património como fonte de dinamização turística daquele que é um polo incontornável do mapa empresarial português.

São João da Madeira encontra-se integrado na NUT III de Entre Douro e Vouga, no distrito de Aveiro e na Área Metropolitana do Porto. A cidade situa-se numa zona central permitindo rapidamente o acesso à cidade de Aveiro (40Km), à cidade do Porto (32Km) e à costa marítima (20Km). As freguesias que delimitam o território são a norte Milheirós de Poiares e Arrifana, freguesias pertencentes ao concelho de Santa Maria da Feira, a sul pelas freguesias de Vila de Cucujães e S. Roque, e a este pela freguesia de Macieira de Sarnes, sendo as últimas freguesias pertencentes ao concelho de Oliveira de Azeméis.

A rede de transportes existente no concelho permite a mobilidade pela cidade através dos transportes urbanos sanjoanenses (TUS) e ainda o Centro Coordenador de Transportes (CCT) constitui um fator facilitador de acesso a cidades como Porto, Aveiro, Coimbra e Braga.

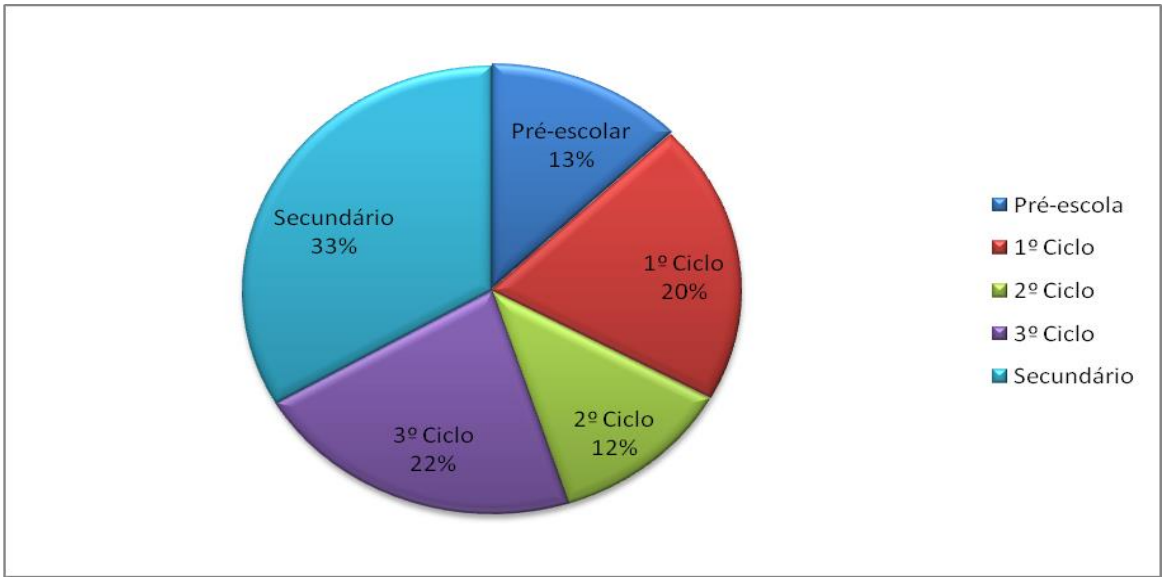
São João da Madeira dispõe ainda de acesso privilegiado ao IC2, às autoestradas A1, A32 e à A25, colocando a cidade numa posição de excelência no que concerne à acessibilidade ao Norte, ao Sul do país e ainda a Espanha.

III – DIAGNÓSTICO

3.1. BREVE DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO NO CONCELHO DE S. JOÃO DA MADEIRA

O ensino secundário, com três anos de escolaridade, é aquele que recebe o maior número de alunos, representando 33% do total. Segue-se o 3.º Ciclo, com 22% do total de alunos. O 1.º Ciclo recebe, em 2012/2013, 20% dos alunos, enquanto o 2.º ciclo e o pré-escolar respetivamente, 12% e 13% dos alunos inscritos/matriculados.

Gráfico 1: Distribuição dos alunos matriculados, em São João da Madeira, no ano letivo 2012/2013.



Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, através de inquérito.

Em 2012/2013 frequentam as escolas de S. João da Madeira um total de 6352 alunos, do Pré-Escolar ao Ensino Secundário, das redes pública, privada e solidária, de acordo com a tabela que se segue:

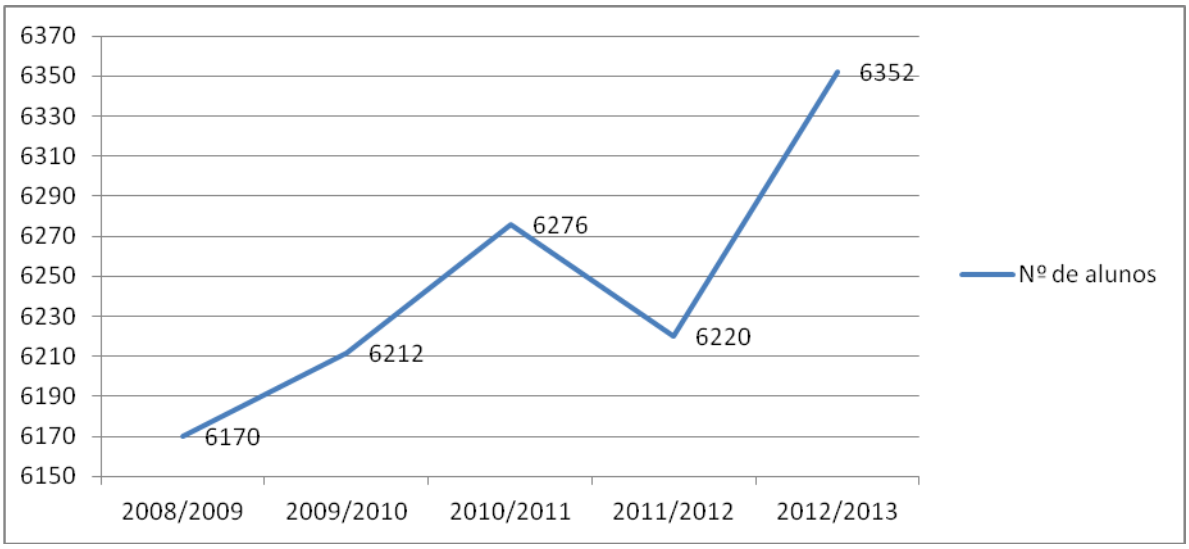
Quadro 1: Alunos matriculados nos estabelecimentos públicos e privados, em São João da Madeira, em 2012/2013.

	Público	Privado	Totais	Percentagem
Pré-escolar	476	327	**803**	13%
1º Ciclo	1173	108	**1281**	20%
2º Ciclo	719	41	**760**	12%
3º Ciclo	1205	158	**1363**	21%
Secundário	1906	239	**2145**	34%
Total			**6352**	100%

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, através de inquérito.

De 2008 a 2013, o número de alunos verificou um aumento de 3%, especialmente crescente no ensino secundário.

Gráfico 2: Evolução do número de alunos matriculados, em São João da Madeira, entre 2008/2009 e 2012/2013.



Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, através de inquérito.

O concelho acolhe várias crianças oriundas dos concelhos vizinhos, pelo que as taxas de escolarização assumem valores elevados como poderemos constatar.

Quadro 2: Taxa bruta de escolarização, por ciclo de ensino, em São João da Madeira, nos anos letivos 2009/2010 e 2010/2011.

Taxa bruta de escolarização		
Ciclo	**2009/2010**	**2010/2011**
Pré-escolar	131,60%	137,70%
Ensino Básico	198,60%	187,50%
Ensino Secundário	359,60%	340,70%

Fonte: DGEEC

Quadro 3: Taxa real de escolarização, no pré-escolar, em São João da Madeira, nos anos letivos 2009/2010 e 2010/2011.

Taxa real de escolarização		
Ciclo	**2009/2010**	**2010/2011**
Pré-escolar	100%	100%

Fonte: DGEEC

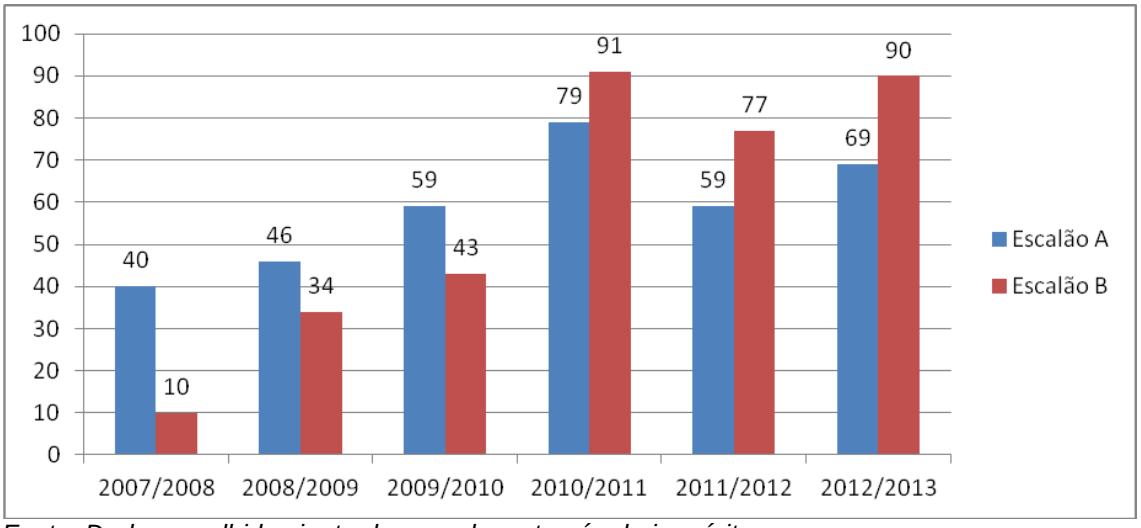
Dos alunos matriculados nas escolas do concelho verifica-se através dos gráficos que se seguem, um aumento considerável no que respeita à solicitação de ação social escolar desde o ano letivo 2009/2010 até ao ano letivo 2010/2011. Todavia, no ano 2011/2012 verifica-se um ligeiro decréscimo ao nível do escalão A, mantendo a tendência no escalão B. Tal aumento poderá ser explicado pela conjuntura socio-económica que muitas famílias estão a viver, pelo que estes apoios são muitas vezes imprescindíveis para a manutenção dos alunos no sistema de ensino.

Quadro 4: Percentagem de alunos com ASE (1º e 2º escalão), por ciclo, escalão e ano letivo, em São João da Madeira:

	2009/2010		**2010/2011**		**2011/2012**		**2012/2013**	
Ciclo	**Escalão A**	**Escalão B**	**Escalão A**	**Escalão B**	**Escalão A**	**Escalão B**	**Escalão A**	**Escalão B**
Pré- escolar	6,90%	5,03%	9,40%	10,83%	7,32%	9,55%	9%	11%
1º Ciclo	21,18%	16,44%	19,25%	22,50%	17,54%	23,46%	17%	20%
2º Ciclo	29,84%	32,43%	24,32%	34,72%	23,89%	30,81%	24%	30%
3º Ciclo	11,74%	15,05%	12,05%	16,15%	9,79%	17,69%	12%	18%
Secundário	15,41%	22,99%	15,57%	22,77%	10,46%	24,07%	10%	22%

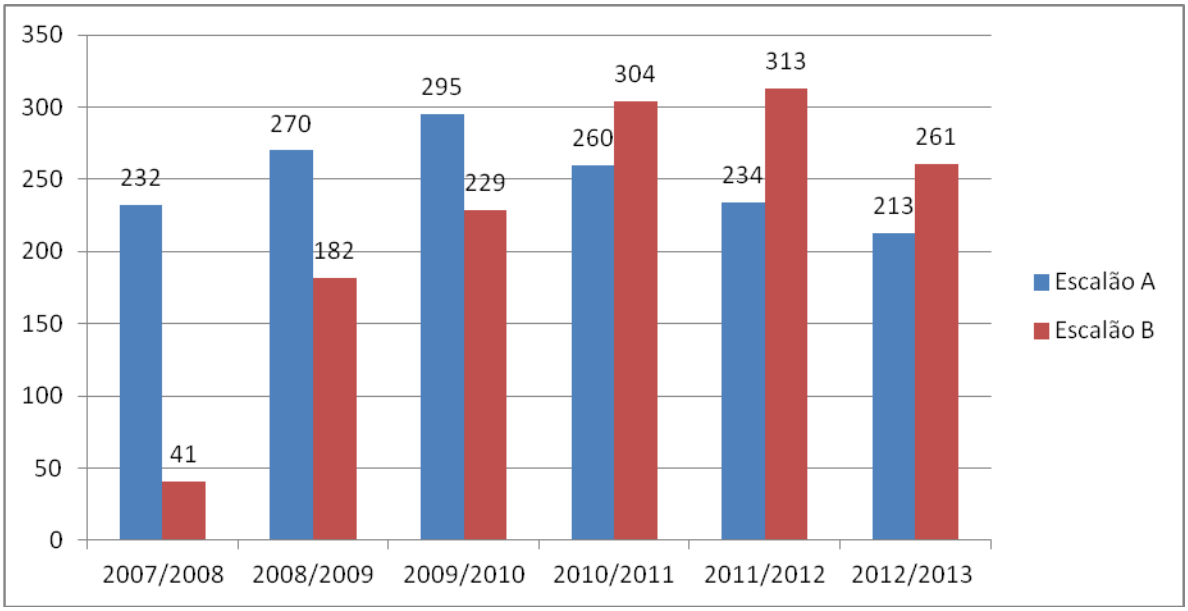
Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, através de inquérito.

Gráfico 3: Evolução do número de crianças apoiadas pelo programa de Ação Escolar nos Jardins- de- Infância da Rede Pública, em São João da Madeira, entre 2009/2010 e 2012/2013.



Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, através de inquérito.

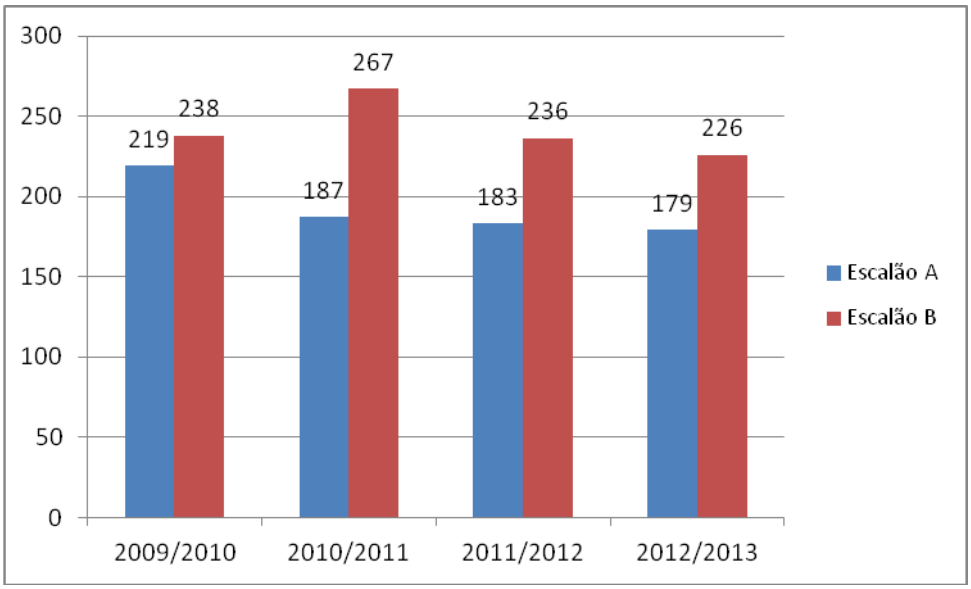
Gráfico 4: Evolução do número de alunos apoiados pelo programa de Ação Social Escolar nas Escolas do 1.º Ciclo da Rede Pública, em São João da Madeira, em 2007/2008 e 2012/2013.



(*) *Até 26 de fevereiro de 2013.*

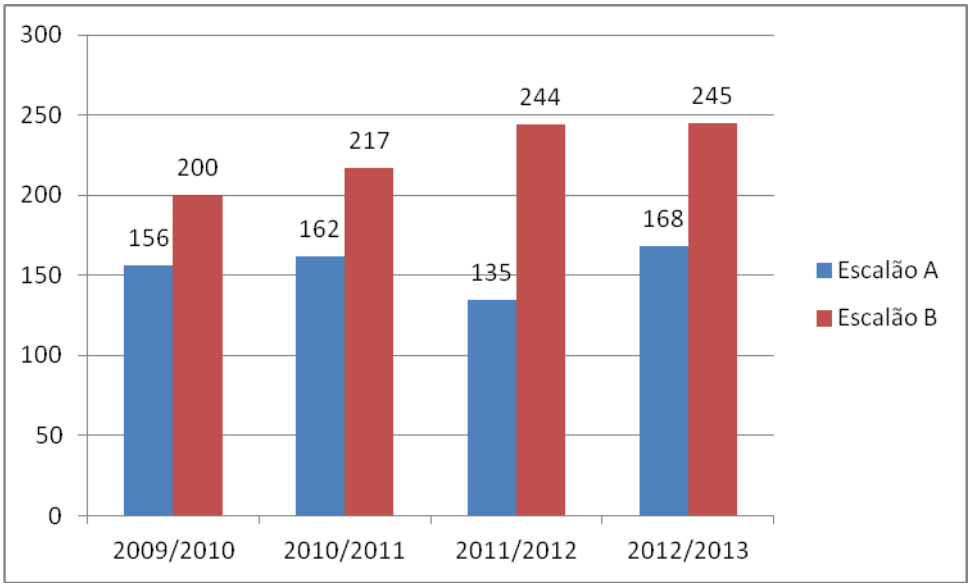
Fonte: Câmara Municipal de S. João da Madeira.

Gráfico 5: Evolução dos escalões beneficiados pelos alunos matriculados no 2º ciclo, em São João da Madeira, entre 2009/2010 e 2012/2013.



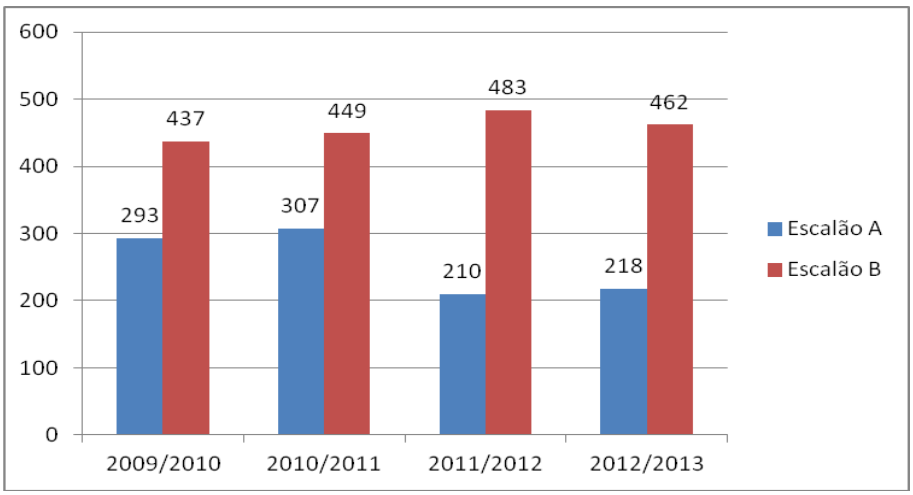
Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, através de inquérito.

Gráfico 6: Evolução dos escalões beneficiados pelos alunos matriculados no 3º ciclo, em São João da Madeira, entre 2009/2010 e 2012/2013.



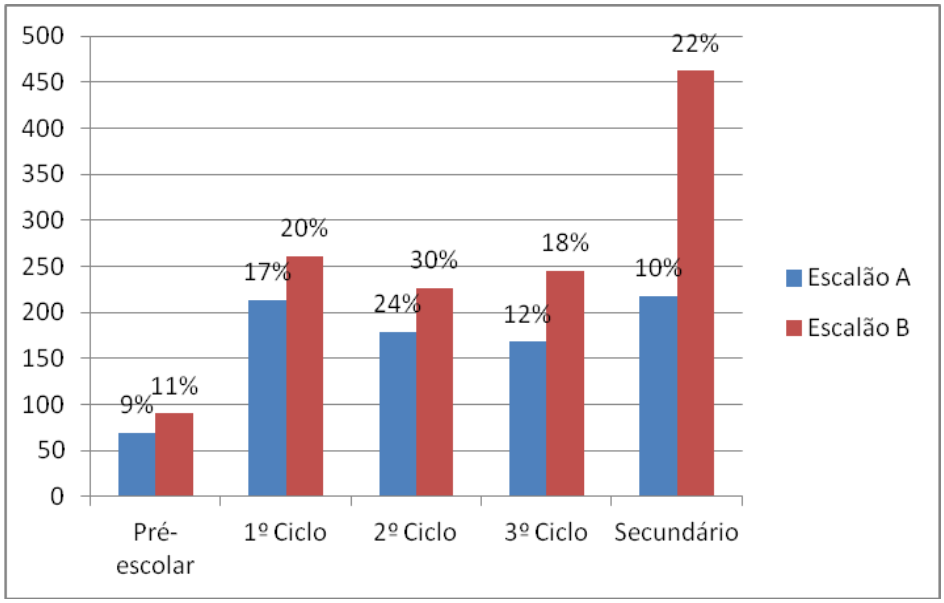
Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, através de inquérito.

Gráfico 7: Evolução de alunos abrangidos pelos escalões A e B no ensino secundário, em São João da Madeira, entre 2009/2010 e 2012/2013.



Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, através de inquérito.

Gráfico 8: Percentagem de alunos apoiados pelo programa de Ação Social Escolar nas Escolas da Rede Pública, em São João da Madeira, no ano letivo 2012/2013.



Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, através de inquérito.

3.2 - REDE ESCOLAR

Nos últimos anos verificaram-se significativas alterações no modelo de gestão das escolas definidas pela tutela do Ministério da Educação.

No ano letivo 2000/2001 foi criado o Agrupamento Horizontal de Escolas EB1 e jardins de infância de S. João da Madeira. Este Agrupamento era responsável pela gestão de todas as Escolas EB1/JI da rede pública do Município.

No ano letivo 2004/2005 foi criado um segundo Agrupamento de Escolas com sede na Escola EB 2,3 de S. João da Madeira. Parte das escolas do Agrupamento Horizontal transitou para o novo Agrupamento a criar, concretamente as Escolas EB1/JI Parque, Fundo de Vila, Casaldelo e Fontainhas. Manteve-se no Agrupamento Horizontal as Escolas EB1 Ribeiros e Espadanal, as Escolas EB1/JI Conde Dias Garcia, Carquejido e Parrinho, e os JI Travessas e Devesa Velha.

Em 2007/2008 o Agrupamento Horizontal fundiu-se com a Escola Secundária com 3.º Ciclo Oliveira Júnior, criando o Agrupamento Vertical de Escolas Oliveira Júnior. Verificou-se uma nova redistribuição da rede educativa, ficando os Agrupamentos de Escolas assim constituídos: Agrupamento de Escolas de S. João da Madeira: Escolas EB1/JI Fundo de Vila, Fontainhas, Parque, Casaldelo, Carquejido e Conde Dias Garcia, para além do JI Devesa Velha; Agrupamento de Escolas Oliveira Júnior: Escola EB1 Espadanal, JI Travessas e Escolas EB1/JI de Ribeiros e Parrinho.

Em Setembro de 2012, todos os Agrupamentos de Escolas passaram a ter como sede uma escola secundária, as quais tinham até aqui gestão autónoma. Assim, e após nova reafectação de escolas, os agrupamentos de escolas passaram a ter a seguinte composição:

Quadro 5: Agrupamentos de escolas de S. João da Madeira, em 2012/2013

	Nível de Ensino	Nº de estabelecimentos	Estabelecimentos
Agrupamento de Escolas de Oliveira Júnior	Jardim de infância	3	Devesa Velha
			Travessas
			Ribeiros
	1º Ciclo	2	Espadanal
			Ribeiros
	2º/3º Ciclos e Secundário	1	Oliveira Júnior
Agrupamento de Escolas de Serafim Leite	Jardim de infância	2	Fundo de Vila
			Parque
	1º Ciclo	2	Fundo de Vila
			Parque
	2º/3º Ciclos e Secundário	1	Serafim Leite
Agrupamento de Escolas de João da Silva Correia	Jardim de infância	5	Carquejido
			Casaldelo
			Condes
			Fontainhas
			Parrinho
	1º Ciclo	5	Carquejido
			Casaldelo
			Condes
			Fontainhas
			Parrinho
	2º/3º Ciclos	1	EB2/3 S. João da Madeira
	3º Ciclo e Secundário	1	João da Silva Correia

Quadro 6: Unidades educativas, das redes privada e solidária, em 2012/2013

	Nível de Ensino	Nº de estabelecimentos	Estabelecimentos
Creche Albino Dias Fontes Garcia	Creche	1	Ninho da Criança
	Jardim de infância	1	Colégio de Santa Filomena
Santa Casa da Misericórdia	Creche	3	Creche Alberto Manuel Aguiar Pacheco
			Abrigo das Laranjeiras
			Centro Infantil de S. João da Madeira
	Jardim de infância	2	Abrigo das Laranjeiras
			Centro Infantil de S. João da Madeira
Estrela Guia	Creche	1	Estrela Guia
	Jardim de infância	1	Estrela Guia
	EB1	1	Estrela Guia
Centro de Educação Integral	Creche	1	Associação de Apoio à Educação
	Jardim de infância	1	C.E.I.
	EB1	1	C.E.I.
	1º Ciclo	1	C.E.I.
	EB2,3 e Secundário	1	C.E.I.
Externato D. Dinis	3º Ciclo e Secundário	1	Externato D. Dinis

3.3 - OFERTA FORMATIVA

O concelho prima pela diversidade da oferta formativa disponível quer para os alunos residentes, quer para os alunos de freguesias limítrofes que recorrem ao ensino na cidade, visto o leque de formação existente ser alargado. Não descorando ainda, o facto das escolas do concelho se encontrarem entre as melhores do país, atraindo assim mais alunos expectantes de um ensino com qualidade elevada.

As tabelas que se seguem, ilustram a oferta formativa concelhia ao nível do ensino secundário, no ano letivo 2012/2013.

Quadro 7: Oferta educativa e formativa do Agrupamento de Escolas de Oliveira Júnior

Agrupamento de Escolas de Oliveira Júnior		
Ano de escolaridade	Cursos	Modalidade de ensino
10º ano	Ciências e Tecnologias	Regular
	Sócio-económicas	
	Línguas e Humanidades	
	Análise Laboratorial	Profissional
	Multimédia	
	Fotografia	
11º ano	Ciências e Tecnologias	Regular
	Sócio-económicas	
	Línguas e Humanidades	
	Análise Laboratorial	Profissional
	Multimédia	Profissional
	Fotografia	Profissional
	Apoio à Gestão Desportiva	Profissional
12º ano	Ciências e Tecnologia	Regular
	Ciências Sócio-económicas	
	Línguas e Humanidades	
	Análise Laboratorial	Profissional
	Multimédia	Profissional

Quadro 8: Oferta educativa e formativa do Agrupamento de Escolas de João Silva Correia

Agrupamento de Escolas de João da Silva Correia		
Ano de escolaridade	Cursos	Modalidade de ensino
10º ano	Línguas e Humanidades	Regular
	Ciências e Tecnologias	
	Técnico de Turismo	Profissional
	Auxiliar de Saúde	
	Manutenção Industrial /Mecatrónica automóvel	
11º ano	Línguas e Humanidades	Regular
	Ciências e Tecnologias	
	Técnico de Apoio à Gestão Desportiva	Profissional
	Técnico de Turismo	
	Técnico Auxiliar de Saúde	
	Manutenção Industrial /Mecatrónica automóvel	
12º ano	Línguas e Humanidades	Regular
	Desporto	
	Ciências e Tecnologias	
	Técnico de Turismo	Profissional
	Técnico de Apoio Psicossocial	
	Manutenção Industrial /Mecatrónica automóvel	

Quadro 9: Oferta educativa e formativa do Agrupamento de Escolas de Serafim Leite

Agrupamento de Escolas de Serafim Leite		
Ano de escolaridade	Cursos	Modalidade de ensino
10º ano	Ciências e Tecnologias	Regular
	Artes Visuais	Regular
	Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	Profissional
	Técnico de Eletrónica, Automação e Comando	
	Técnico de Mecatrónica	
	Técnico de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade	
	Técnico de Audiovisuais	
11º ano	Ciências e Tecnologias	Regular
	Artes Visuais	
	Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	Profissional
	Técnico de Informática de Gestão	
	Técnico de Eletrónica, Automação e Comando	
	Técnico de Mecatrónica	
	Técnico de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade	
	Técnico de Comércio	
12º ano	Ciências e Tecnologias	Regular
	Artes Visuais	
	Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	Profissionais
	Técnico de Eletrónica, Automação e Comando	
	Técnico de Mecatrónica	
	Técnico de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade	
	Técnico de Audiovisuais	
	Técnico Gestão	

Quadro 10: Oferta educativa e formativa do Centro de Educação Integral

Centro de Educação Integral		
Ano de escolaridade	Cursos	Modalidade de ensino
10º ano	Ciências e Tecnologias	Regular
	Restauração	Profissional
	Comércio	
11º ano	Ciências e Tecnologias	Regular
	Ciências Sócio-económicas	
	Línguas e Humanidades	
	Restauração	Profissional
	Comércio	
12º ano	Ciências e Tecnologias	Regular
	Restauração	Profissional
	Comércio	

Quadro 11: Oferta educativa e formativa do Externato D. Dinis

Externato D. Dinis		
Ano de escolaridade	Cursos	Modalidade de ensino
10º ano	Técnico de Restauração (Restaurante/Bar)	Profissional
11º ano	Técnico de Apoio à Infância	Profissional
	Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos	
12º ano	Técnico de Apoio à Infância	Profissional
	Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos	

3.4- SUCESSO EDUCATIVO

O trabalho desenvolvido na área da Educação no concelho por todos os intervenientes educativos, acarreta resultados académicos para os alunos bastante positivos. As tabelas que se seguem espelham o contexto do concelho face ao sucesso e abandono escolar, bem como demonstram os resultados académicos obtidos pelos alunos.

Acrescentamos que os dados referem-se a todas as escolas do concelho, da rede pública e privada:

Quadro 12: Percentagem de alunos em situação de retenção e abandono escolar no 1º ciclo, em São João da Madeira, entre 2009/2010 e 2011/2012.

Ano de escolaridade	Percentagem de alunos em situação de retenção		
	2009/2010	2010/2011	2011/2012
1º ano	0,00%	0,31%	0,00%
2º ano	3,12%	4,02%	4,44%
3º ano	1,78%	0,00%	1,60%
4ºano	1,03%	1,44%	1,62%

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, através de inquérito.

Quadro 13: Percentagem de alunos em situação de retenção e abandono escolar no 2º ciclo, em São João da Madeira, entre 2009/2010 e 2011/2012.

2º Ciclo	% de alunos em situação de retenção			% de alunos em situação de abandono escolar		
Ano de escolaridade	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2009/2010	2010/2011	2011/2012
5º ano	2,42%	1,01%	2,75%	0%	0%	0%
6º ano	1,93%	0,81%	5,46%	0%	0%	0%

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, através de inquérito.

Quadro 14: Percentagem de alunos em situação de retenção e abandono escolar no 3º ciclo das escolas, em São João da Madeira, entre 2009/2010 e 2011/2012.

3º Ciclo	% de alunos em situação de retenção			% de alunos em situação de abandono escolar		
Ano de escolaridade	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2009/2010	2010/2011	2011/2012
7º ano	4,56%	4,85%	11%	0,24%	0,00%	0,00%
8º ano	2,05%	2,33%	4,09%	2,28%	1,06%	0,45%
9º ano	5,50%	5,41%	8,16%	2,11%	1,46%	0,74%

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, através de inquérito.

Quadro 15: Percentagem de alunos em situação de retenção e abandono escolar no ensino secundário, em São João da Madeira, entre 2009/2010 e 2011/2012.

Secundário	% de alunos em situação de retenção			% de alunos em situação de abandono		
Ano de escolaridade	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2009/2010	2010/2011	2011/2012
10º ano	4,22%	5,95%	3,87%	4,22%	5,55%	3,87%
11º ano	2,86%	4,21%	4,01%	4,52%	4,21%	3,39%
12º ano	13,32%	19,84%	11,89%	2,78%	3,25%	1,30%

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, através de inquérito.

Face à análise efetuada das tabelas apresentadas, surge a pertinência de sublinhar que a taxa de retenção dos alunos expressa valores mais significativos quando se tem em conta os dados referentes ao 3º ciclo do ensino básico e secundário. Por analogia, o mesmo sucede quando nos reportamos aos dados referentes à taxa de abandono escolar.

A taxa de transição por ciclo assume valores elevados, confirmando-se assim os dados referentes às taxas reduzidas de retenção analisadas anteriormente.

Quadro 16: Taxa de transição de ano por ciclo e por ano letivo, em São João da Madeira – 1.º ciclo do ensino básico

Ano de escolaridade	Taxa de transição		
	2009/2010	2010/2011	2011/2012
2º ano	96,88%	95,98%	95,56%
3º ano	98,22%	0,00%	98,4%
4ºano	98,97%	98,56%	98,38%

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, através de inquérito.

Quadro 17: Taxa de transição de ano por ciclo e por ano letivo, em São João da Madeira – 2.º ciclo do ensino básico

2º Ciclo	Taxa de transição		
Ano de escolaridade	**2009/2010**	**2010/2011**	**2011/2012**
5º ano	97,58%	98,99%	97,25%
6º ano	98,07%	99,19%	94,54%

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, através de inquérito.

Quadro 18: Taxa de transição de ano por ciclo e por ano letivo, em São João da Madeira – 3.º ciclo do ensino básico

3º Ciclo	Taxa de transição		
Ano de escolaridade	**2009/2010**	**2010/2011**	**2011/2012**
7º ano	95,44%	95,15%	89%
8º ano	97,95%	97,67%	95,91%
9º ano	94,5%	94,59%	91,84%

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, através de inquérito.

Quadro 19: Taxa de transição de ano por ciclo e por ano letivo, em São João da Madeira – ensino secundário

Secundário	Taxa de transição		
Ano de escolaridade	**2009/2010**	**2010/2011**	**2011/2012**
10º ano	95,78%	94,05%	96,13%
11º ano	97,14%	95,79%	95,99%
12º ano	86,68%	80,16%	88,11%

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, através de inquérito.

No que respeita à taxa de conclusão de ciclo, verifica-se que existe uma tendência para taxas elevadas de conclusão do ciclo, sendo que através da tabela que se segue conclui-se que estes resultados se mantêm estáveis.

Quadro 20: Taxa de conclusão de ciclo, por ano letivo, em São João da Madeira.

	Taxa de conclusão de ciclo		
	2009/2010	**2010/2011**	**2011/2012**
1º Ciclo	98,97%	98,56%	98,38%
2º Ciclo	98,07%	99,19%	94,54%
3º Ciclo	94,50%	94,59%	91,84%
Secundário	86,68%	80,16%	88,11%

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, através de inquérito.

Relativamente à frequência do ensino secundário, constata-se que tendencialmente os alunos optam pelos cursos científico-humanísticos. Contudo, se analisarmos a evolução sofrida desde o ano letivo 2009/2010 verifica-se que os cursos profissionais começam a fazer parte do leque das opções, assumindo atualmente números significativos.

Quadro 21: Percentagem de alunos que frequentam o ensino secundário por ano letivo, em São João da Madeira.

Ano de escolaridade	Cientifico-humanísticos			Tecnológicos			Profissionais		
	2009/10	2010/11	2011/12	2009/10	2010/11	2011/12	2009/10	2010/11	2011/12
10ºano	60%	61%	55%	0%	5%	0%	40%	39%	45%
11º ano	66%	59%	60%	0%	0%	4%	34%	41%	36%
12º ano	70%	63%	63%	0%	4%	0%	30%	37%	37%

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, através de inquérito.

.

Quadro 22: Percentagem de alunos que frequentam o ensino secundário por curso, ano de escolaridade e ano letivo, em São João da Madeira.

Ensino Secundário				
Ano Letivo	**Cientifico-humanísticos**	**Tecnológicos**	**Profissionais**	**Totais**
2009/2010	65%	0%	35%	100%
2010/2011	59%	3%	38%	100%
2011/2012	59%	1%	40%	100%

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, através de inquérito.

Realizando uma análise às classificações académicas elencadas nas tabelas que são apresentadas seguidamente, constata-se que as médias de classificações, em grosso modo se têm mantido estáveis ao longo do tempo. No entanto, o facto das médias de classificação do género feminino serem em geral mais elevadas do que as do género

masculino, revela um dado curioso, uma vez que esta tendência se mantem regular ao longo de todos os ciclos de escolaridade.

Quadro 23: Média de classificação interna por ciclo, ano letivo e género, em São João da Madeira.

Ano de escolaridade		2009/2010	2010/2011	2011/2012
Total 5º ano		3,76	3,69	3,63
5º ano	Género M	3,61	3,57	3,5
	Género F	3,91	3,82	3,76
Total 6º ano		3,73	3,72	3,62
6º ano	Género M	3,58	3,6	3,49
	Género F	3,89	3,83	3,75

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, através de inquérito.

Ano de escolaridade		2009/2010	2010/2011	2011/2012
Total 7º ano		3,65	3,6	3,6
7º ano	Género M	3,51	3,51	3,51
	Género F	3,79	3,7	3,78
Total 8º ano		3,6	3,6	3,55
8º ano	Género M	3,44	3,35	3,42
	Género F	3,77	3,85	3,69
Total 9º ano		3,68	3,66	3,63
9º ano	Género M	3,64	3,62	3,45
	Género F	3,72	3,7	3,82

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, através de inquérito.

Ano de escolaridade		2009/2010	2010/2011	2011/2012
Total 10º ano		12,82	12,75	13
10º ano	Género M	12,32	12,22	12,76
	Género F	13,31	13,28	13,25
Total 11º ano		13,41	13,28	13,09
11º ano	Género M	13,3	12,67	12,79
	Género F	13,52	13,88	13,39
Total 12º ano		14,92	14,88	14,42
12º ano	Género M	14,79	14,57	14,21
	Género F	15,05	15,19	14,62

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, através de inquérito.

Quadro 24: Média de classificação interna das provas de aferição, por ano de escolaridade, por ano letivo e disciplina, em São João da Madeira.

			Média de classificação interna das provas de aferição					
			2009/2010		2010/2011		2011/2012	
Ano de escolaridade	4º ano	Classificação	Português	Matemática	Português	Matemática	Português	Matemática
		A	76	90	39	76	31	28
		B	132	125	151	135	162	103
		C	130	119	83	51	83	110
		D	11	13	21	30	49	78
		E	1	1	0	1	1	6
	6º ano	A	13,5	23	17,5	20,5		
		B	56,5	57	79,5	55		
		C	91,5	75,5	57,5	55		
		D	6,5	11,5	37	40		
		E	1	2	1	4		

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, através de inquérito.

Legenda:

A – Muito Bom

B – Bom

C – Satisfaz

D/E – Não Satisfaz

Nota: No ano letivo 2011/2012, o 6º ano não realizou provas de aferição, mas sim exames nacionais.

Quadro 25: Média de classificação dos exames nacionais, por disciplina, por ano letivo e por ano de escolaridade, em São João da Madeira.

	Classificação média dos exames nacionais/ano letivo					
	2009/2010		2010/2011		2011/2012	
Disciplinas	6º ano	9º ano	6º ano	9º ano	6º ano	9º ano
Português		3,05		3,01	3,22	2,98
Matemática		2,86		2,63	2,96	3,11

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, através de inquérito.

Quadro 26: Média de classificação dos exames nacionais, por ano de escolaridade e por ano letivo, em São João da Madeira:

Ano de escolaridade	2009/2010	2010/2011	2011/2012
11ºano	11,47	10,53	10,76
12º ano	11,67	12,81	10,21

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, através de inquérito.

Quadros 27: Média de classificação dos exames nacionais, por disciplina, por ano de escolaridade e por ano letivo:

	11º ano		
Disciplinas	**2009/2010**	**2010/2011**	**2011/2012**
Filosofia	6,70	10,50	8,50
Física e Química A	9,16	10,10	8,34
Geografia A	11,15	12,11	12,22
Francês	14,57	12,10	14,50
Inglês	15,40	3,60[3]	14,00
Biologia e Geologia	10,06	11,65	10,37
Geologia	11,00	11,00	11,40
Matemática B	15,40	10,60	10,50
História e cultura das Artes	9,00	9,30	11,30
Geometria Descritiva	8,40	9,91	6,10
Economia A	13,56	12,38	12,21
Matemática Aplicada	13,27	13,10	9,67

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, através de inquérito.

	12º ano		
	2009/2010	**2010/2011**	**2011/2012**
Disciplinas	12º ano	12º ano	12º ano
Português	11,54	10,45	10,95
Geografia A	9,80	10,70	9,30
Desenho A	12,50	15,05	9,50
Inglês		16,10	
História e cultura das Artes		14,50	
Matemática A	12,63	12,13	10,51
Geometria Descritiva		13,70	
Economia A	10,30		
História A	12,93	11,38	11,70
Matemática Aplicada	12,00	11,30	9,30

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, através de inquérito.

[3] Classificação de apenas um aluno.

Dos alunos matriculados nas escolas do concelho, verifica-se a necessidade de um trabalho mais personalizado com alguns alunos, uma vez que são sinalizados como portadores de necessidades educativas especiais. De acordo com dados fornecidos pelos estabelecimentos de ensino concelhios e analisando a evolução ao longo do tempo, revela-se pertinente afirmar que a percentagem de alunos com necessidades educativas especiais se tem mantido regular desde o ano letivo 2009/2010 até ao presente ano letivo.

Quadro 28: Percentagem de alunos com necessidades educativas especiais, por ciclo de ensino, em São João da Madeira, entre 2009/2010 e 2012/2013:

Ciclos	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013
Pré-escolar	2%	2%	1%	2%
1º Ciclo	3%	4%	3%	3%
2º Ciclo	3%	6%	6%	7%
3º Ciclo	2%	3%	3%	3%
Secundário	1%	1%	1%	1%

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, através de inquérito.

Considerando os dados dos Censos de 2001, relativamente às taxas de analfabetismo do país, constatamos que os números apresentados são bastante preocupantes. Todavia, decorridos sensivelmente dez anos importa sublinhar a evolução positiva significativa, sendo que estes resultados derivam do maior envolvimento na área da Educação verificada nos últimos anos. A realidade concelhia a este nível, em 2001 inspirava preocupação, mas por analogia aos resultados dos concelhos pertencentes à Área Metropolitana do Porto (AMP), poder-se-á afirmar que se encontrava entre os melhores índices. A tendência de evolução positiva manteve-se no concelho, sendo que segundo dados dos Censos de 2011, o concelho de São João da Madeira assume os valores mais baixos, no que se refere à taxa de analfabetismo, refletindo assim o investimento do concelho ao nível da Educação.

Quadro 29: Taxa de analfabetismo nos concelhos da Área Metropolitana do Porto -AMP.

Concelhos AMP	2001	2011
Espinho	6,96%	4,70%
Gondomar	5,46%	3,27%
Maia	4,82%	2,53%
Matosinhos	5,23%	3,16%
Porto	4,79%	2,84%
Póvoa de Varzim	5,85%	3,67%
Valongo	5,01%	2,81%
Vila do Conde	6,24%	3,79%
Vila Nova de Gaia	5,40%	3,20%
Arouca	11,73%	7,30%
Oliveira Azeméis	6,80%	4,07%
Santa Maria da Feira	6,73%	3,97%
São João da Madeira	**4,81%**	**2,94%**
Vale de Cambra	9,72%	6,26%
Santo Tirso	7,18%	4,29%
Trofa	5,60%	3,54%

Fonte: INE

3.5 ESTRUTURAS LOCAIS/MUNICIPAIS DE APOIO, REDES DE PARCERIAS:

O concelho de S. João da Madeira é rico em equipamentos e instituições de âmbito educativo, cultural, social e desportivo. No anexo 2 está presente uma listagem dos recursos da cidade a este nível.

3.6 PONTOS FORTES E A MELHORAR

No sentido de realizar a avaliação da pertinência de áreas de intervenção prioritárias, a autarquia auscultou a comunidade educativa através de um inquérito por questionário no ano letivo de 2010/2011 e um questionário on-line no presente ano letivo, tendo constituído a amostra 460 inquiridos e 129 inquiridos respetivamente.

Face à análise realizada aos dados do questionário aplicado no presente ano letivo[4], revela-se evidente que a comunidade educativa considera, em grosso modo, que todas as áreas contempladas no questionário deverão ser consideradas no Projeto Educativo Municipal. Todavia, algumas áreas destacam-se nomeadamente ciências e tecnologia, alimentação saudável, saúde e prevenção dos riscos, prática desportiva, educação ambiental e promoção da leitura.

Na vertente de intervenção orientada para o sucesso escolar dos alunos, a comunidade educativa realça a importância da inclusão das Necessidades Educativas Especiais (N.E.E.), combate ao insucesso e abandono precoce e a medição do grau de inclusão dos alunos no mercado de trabalho após cursos profissionais.

Relativamente aos eventos organizados no concelho, a comunidade educativa elege como a mais pertinente a comemoração do Dia Mundial da Criança.

Ainda no âmbito da análise dos questionários, revela-se fundamental apresentar a análise SWOT realizada mediante os resultados obtidos, a fim de delinear a intervenção sob critérios de continuidade das boas práticas e aperfeiçoamento das lacunas observadas. Centramo-nos nos Pontos fortes e nos Pontos a melhorar.

3.6.1 - Pontos Fortes

- Conhecimento quanto à existência do Projeto Educativo Municipal (PEM): 88% dos inquiridos responderam que conhecem o PEM;
- Promoção do conhecimento do passado da cidade – vinculação de relações;
- Empenho em campanhas relacionadas com a natureza;
- Contributo para o desenvolvimento pessoal e envolvimento com a comunidade;
- Satisfação das crianças ao participarem nas atividades;
- Novos saberes, preparação para novas situações;
- Participação das crianças em atividades externas às escolas;

[4] Consultar anexo 1 – Apresentação dos resultados do questionário da comunidade educativa.

- Criação de hábitos sociais nas crianças que são benéficos para o seu desenvolvimento;
- Realização de atividades pela biblioteca municipal;
- Intercâmbio com os agentes educativos;
- Promoção de novas experiências e a cultura para todos;
- Promoção de atitudes e formação cívica;
- Continuidade das atividades;
- Diversidade e qualidade das atividades propostas;
- Promoção da participação de todos os agentes da comunidade educativa;
- Fornecimento de materiais e transporte;
- Interesse pedagógico;
- Instalações e equipamento das escolas;
- Oferta educativa;
- Atividades de enriquecimento curricular;
- Ligação Junta/Câmara e escolas;
- Dinamização do Projeto Pequenos Cientistas Sanjoanenses;
- Investimento da autarquia na Educação ao nível da Ação social escolar, Ciência e tecnologia, Educação física e Línguas;
- Apoio psicopedagógico;
- Rapidez e eficácia no atendimento em situações de caráter logístico;
- Ligação privilegiada entre escolas e comunidade;
- Implementação do projeto ensino do Mandarim (possibilidade de alargar aos restantes anos de ensino);
- Muito apoio às Escolas e aos seus projetos;
- Interação com as escolas no âmbito do empreendedorismo e turismo industrial;
- Divisão de educação atenta e profissional;
- Boas condições para alunos e professores;

- Dinamismo das escolas dos diferentes agrupamentos;
- Boas condições nas salas de aula: aquecimento e equipamento mobiliário satisfatório;
- Segurança nas escolas;
- Oferta satisfatória de ATLs;
- Envolvimento dos docentes da atividade física e desportiva nas diferentes atividades da cidade e das escolas;
- O PEM é muito abrangente e completo;
- Cooperação de instituições/associações na formação dos jovens (Biblioteca Municipal, Paços da Cultura, Piscinas Municipais, Ecos Urbanos; Comissão de Proteção de Menores);
- Atividades abrangem um elevado número de alunos;
- Envolvimento da comunidade nas atividades;
- Educação para a alimentação saudável;
- Educação ambiental;
- Educação para o património;
- Qualidade ao nível dos recursos;
- Recetividade a mais propostas;
- Adequação das atividades aos níveis etários;
- Preocupação com os interesses dos alunos;
- Realização das Jornadas da Educação;
- Articulação eficaz da rede de escolas;
- Número de alunos matriculados mantem-se estável nas escolas do concelho;
- Registo de taxas de escolarização acima dos 100%;
- Aumento do número de alunos a frequentar cursos profissionais.

3.6.2 – Pontos a melhorar

- Participação insuficiente dos encarregados de educação em muitas atividades;
- A pouca pertinência de algumas atividades;
- Calendarização muito próxima de algumas atividades;
- Falta de tempo dos docentes para a realização/participação nalguns projetos;
- Reduzido apoio financeiro para a concretização de algumas atividades;
- Leque de oferta de atividades extremamente alargado;
- Articulação insuficiente entre alguns dos projetos propostos;
- Acompanhamento de famílias problemáticas, com crianças/ jovens sinalizados pelas escolas, promovendo a participação ativa dos encarregados de educação no percurso escolar dos jovens;
- Melhorar o acesso à internet;
- Adequação do horário de realização das atividades à faixa etária dos alunos (Ex: Marchas de São João);
- Educação para a simplicidade, para fazer igual (ou melhor) com menos recursos;
- Inclusão de atividades mais direcionadas à educação para a cultura e património;
- Criação de um circuito histórico pela cidade;
- Renovação do material informático das escolas;
- Necessidade de haver mais formação para os auxiliares de ação educativa;
- Transporte escolar gratuito;
- Mais apoio a visitas de estudo fora do concelho, principalmente a alunos mais carenciados;
- Diversificação do leque de oferta dos cursos profissionais e ajustar à necessidade do mercado de trabalho concelhio;
- Equipamento de todas as escolas com quadros interativos;
- Aumento do número de profissionais de modo a alargar o tempo disponibilizado para o apoio psicopedagógico e população alvo;

- Criação de estratégias de motivação para os docentes;
- Continuidade ao projeto das hortas pedagógicas;
- Educação para a cidadania, valores e atitudes;
- Maior apoio às crianças com problemas familiares e sociais;
- Educação para a gestão de conflitos no trabalho;
- Jornadas e sessões temáticas direcionadas para os encarregados de educação;
- Educação para a gestão do stress no trabalho e doenças decorrentes;
- Implementação de mais uma saída semanal das crianças (AEC) à semelhança da piscina (4º ano) e pavilhão (3º ano);
- Garantir o transporte para todas as atividades desenvolvidas na Biblioteca Municipal;
- Criação de equipas multidisciplinares (psicólogos, assistentes sociais, mediadores socioeducativos, terapeutas da fala, enfermeiros) que possam atuar com os educadores e os encarregados de educação;
- Redução da taxa de retenção no 2º e 3º ciclos;
- Contributo para a redução da taxa de abandono escolar no ensino secundário;
- Aumento das médias de classificação dos exames nacionais.

IV. Plano de ação

4.1. LINHAS ORIENTADORAS DO PROJETO EDUCATIVO

Tendo como ponto de partida a Carta das Cidades Educadoras[5], subscrita pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal de S. João da Madeira em 2006/2007, foram definidas as linhas orientadoras deste Projeto Educativo Municipal numa perspetiva de desenvolvimento harmonioso e integrado do concelho.

4.1.1: *"O direito a uma cidade educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todos os indivíduos à educação".* Todos os habitantes de uma cidade *"terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece".*

4.1.2: *"A cidade deve promover e facilitar a formação ao longo da vida de todos os seus munícipes".*

4.1.3: *"A cidade deverá estimular a participação cidadã no projeto coletivo a partir das instituições e organizações civis e sociais, tendo em conta as iniciativas privadas e outros modos de participação espontânea".*

4.1.4: *"A cidade educadora deverá oferecer a todos os seus habitantes, enquanto objetivo cada vez mais necessário à comunidade, uma formação sobre os valores e as práticas da cidadania democrática".* Para isso, *"o governo local deverá oferecer a informação necessária e promover, na transversalidade, as orientações e as atividades de formação em valores éticos e cívicos",* permitindo aos indivíduos *"crescer pessoal e coletivamente".*

4.1.5: *"A cidade educadora deve gerir os recursos da cidade, ao serviço da educação de todos".* Entre outras ações, *"deverá identificar os grupos que necessitam de uma*

[5] As cidades representadas no 1º Congresso Internacional das Cidades Educadoras, que teve lugar em Barcelona em novembro de 1990, reuniram na Carta das Cidades Educadoras, os princípios essenciais ao impulso educador da cidade.

ajuda personalizada e colocar à sua disposição pontos de informação, orientação e acompanhamento especializados".

4.1.6: A cidade deve promover a educação ambiental e os estilos de vida saudáveis, garantindo, assim, *"a qualidade de vida de todos os seus habitantes": "A cidade deverá promover ativamente a participação de todos os seus habitantes nas boas práticas de desenvolvimento sustentável".*

4.1.7: Uma cidade educadora é inclusiva, combatendo *"toda a forma de discriminação": "O direito a uma cidade educadora deve ser uma garantia relevante dos princípios de igualdade entre todas as pessoas, de justiça social e de equilíbrio territorial. As cidades deverão estar conscientes dos mecanismos de exclusão e marginalização que as afetam e as modalidades que eles apresentam, assim como desenvolver as políticas de ação afirmativa necessárias".*

4.1.8 - Juntar idosos e crianças em atividades comuns é um dos princípios das cidades educadoras: *"Os projetos educadores deverão ser orientados para a realização de iniciativas e ações cívicas, cujo valor consistirá precisamente no carácter intergeracional e na exploração das respetivas capacidades e valores próprios de cada idade".*

4.1.9 - *"A cidade deverá oferecer aos seus habitantes a possibilidade de ocuparem um lugar na sociedade, dando-lhes os conselhos necessários à sua orientação pessoal e profissional e tornar possível a sua participação em atividades sociais".* No domínio específico das relações escola-trabalho, *"é preciso assinalar a relação estreita que se deverá estabelecer entre o planeamento educativo e as necessidades do mercado de trabalho".*

4.1.10 - Preservar a identidade própria da cidade – *"esta a tornará única e será a base dum diálogo fecundo com ela mesma e com outras cidades"* – e contactar outras cidades, são dois objetivos fundamentais. Assim, *"o seu objetivo permanente será o de aprender, trocar, partilhar e, por consequência, enriquecer a vida dos seus habitantes".*

Assim, partindo das dez linhas orientadoras e da análise à auscultação realizada à comunidade educativa, foram definidos três grandes Eixos Prioritários de Intervenção para o Projeto Educativo Municipal, eixos que são as traves mestras do Município e da Câmara Municipal de S. João da Madeira: Eixo 1) **Cidade Inclusiva e Solidária**; Eixo 2) **Cidade Competitiva e Inovadora**; Eixo 3) **Cidade do Conhecimento e da Criatividade**.

Para cada eixo, foram definidos cinco objetivos gerais, os quais serão, anualmente, consubstanciados em planos de atividades com objetivos específicos concretizáveis e adaptados às necessidades previamente avaliadas.

No que diz respeito ao eixo **Cidade Inclusiva e Solidária** foram propostos os seguintes objetivos gerais:

1) Estimular atitudes de tolerância, cooperação e diálogo para a construção de uma atitude inclusiva, solidária e democrática;

2) Promover o relacionamento intergeracional, através da partilha de saberes, valores e experiências socioculturais;

3) Compreender a cidadania como participação social;

4) Facilitar o acesso à escola de todos os indivíduos, através de programas de ação social escolar;

5) Implementar os mecanismos de apoio socioeducativo e de apoio psicopedagógico.

Para o eixo **Cidade Competitiva e Inovadora** foram propostos os seguintes objetivos gerais:

1) Tornar os indivíduos sujeitos ativos da sua história, desenvolvendo as competências empreendedoras e o espirito cientifico;

2) Promover o ensino de línguas estrangeiras, desde os primeiros níveis de educação/ensino;

3) Manter atualizado o diagnóstico de necessidades formativas locais, auscultando as escolas, centros de emprego e de formação profissional, bem como o tecido empresarial local;

4) Aumentar as taxas de inscrição nos cursos profissionalizantes, em estreita articulação entre os agentes educativos e empresariais;

5) Articular a oferta formativa com a empregabilidade.

Para o eixo **Cidade do Conhecimento e da Criatividade** foram propostos os seguintes objetivos gerais:

1) Promover o sucesso educativo, intervindo no âmbito da indisciplina, da qualidade do sucesso e das taxas de retenção e abandono escolar precoce;

2) Fomentar a articulação e cooperação Escola/Escola, Escola/Família e Escola/Comunidade;

3) Estimular hábitos de vida saudável;

4) Facilitar a interdisciplinaridade do conhecimento;

5) Encorajar a apropriação dos espaços públicos – espaços verdes, espaços culturais, espaços desportivos e espaços de recreio e lazer.

4.2. PLANO DE ATIVIDADES E CALENDARIZAÇÃO

No sentido de alcançar com eficácia os objetivos delineados para o PEM, revela-se fulcral a articulação sistemática com as escolas e demais agentes da comunidade educativa, para que o PEM não seja encarado como um projeto autónomo e isolado, mas sim como um projeto integrado e complementar dos projetos educativos desenvolvidos pelas escolas. Assim, pretende-se que todos os intervenientes da comunidade educativa assumam responsabilidades na execução do PEM, visto que só unindo todas as competências a vários níveis será possível dinamizar atividades que estimulem os munícipes e em última instância permitam aos alunos ter um percurso escolar pautado pelo sucesso educativo.

Assim, será mantida a metodologia iniciada em 2006, concretamente a elaboração de um plano de atividades anual, indo de encontro com as necessidades e recursos de cada ano, bem como com a avaliação do plano do ano anterior. Para a elaboração desse plano, serão envolvidos os diversos agentes da comunidade educativa.

Entre junho e setembro de cada ano será reunida, num dossier único, toda a informação proveniente dos diversos setores e serviços municipais, estruturas e equipamentos do concelho, no sentido de elaborar o plano de atividades anual. O plano deve reunir um conjunto de atividades concretas, concertadas e articuladas. Cada atividade seguirá uma ficha-tipo uniforme, onde sejam identificados: título do programa/atividade, breve descrição, relação com os eixos prioritários do PEM, objetivos, público-alvo, ações previstas, recursos, cronograma, mecanismos de avaliação previstos.

Será dado enfoque ao acompanhamento da execução do projeto através de um blogue criado para o efeito, onde cada programa/atividade será devidamente divulgada à comunidade educativa.

4.3. AVALIAÇÃO

Tradicionalmente a avaliação é definida como "um processo pelo qual os resultados obtidos são criticamente analisados no contexto dos objetivos previamente determinados" (UNESCO cit por CLÍMACO (1992, p. 20)).

De acordo com esta definição, a avaliação desempenha uma função importante no processo de tomada de decisão, quer na fase do planeamento político, quer na do planeamento estratégico e operacional, ao fornecer informação sobre o impacto e a eficácia, ou grau de consecução, das medidas previstas. Introduzida de uma forma sistemática, a avaliação permite estabelecer um processo contínuo de planeamento, em ordem ao controlo do desenvolvimento equilibrado da educação.

Contudo, e tal como reconhecem Oakes e Kreft (cit por CLIMACO, 1992, p, 21), existem problemas de ordem conceptual e metodológica que introduzem um conjunto de "incertezas empíricas" nos processos de avaliação. Se por um lado as unidades de medida existentes e as variáveis utilizadas para descrever a realidade são questionáveis, reconhece-se também que os objetivos definidos para as políticas são gerais e a sua operacionalização nem sempre contempla objetivos específicos completamente controláveis. Por outro lado, nem sempre é fácil identificar as evidências da relação entre objetivos e resultados das políticas programadas, o que tem posto em causa os próprios sistemas de informação existentes, e a validade dos processos e instrumentos de recolha dessa informação.

Assim, o conceito de avaliação não é unívoco. Para nós, avaliação é entendida como um processo de recolha de informações que são comparadas com um conjunto de critérios ou padrões, terminando na formulação de juízos. Alguns autores francófonos preferem definir avaliação como a produção de um discurso constituído por juízos de valor que relacionam um referido (algo que é observado, registado, apreendido acerca do objeto avaliado e que é, portanto, do domínio do real) e um referente (algo que se apresenta como um ideal ou uma norma): “A avaliação é um ato deliberado e

socialmente organizado que termina na produção do juízo de valor". (Barbier, 1990; Hadji, 1994; Figari, 1996, cit por ALAIZ, 2003, p. 10).

Avaliar significa examinar o grau de adequação entre um conjunto de informações e um conjunto de critérios adequados ao objetivo fixado, com vista a tomar uma decisão. Nesta definição, o acento não é de modo nenhum colocado no juízo de valor, mas antes na decisão a tomar (Idem, p. 11).

Podemos observar uma evolução do conceito de Avaliação ao longo dos anos. Eis algumas das mais significativas:

Na avaliação de escolas ou programas educadores, a distinção entre avaliação formativa e avaliação sumativa tem, tal como no domínio da avaliação das aprendizagens, um valor operacional. De acordo com ALAIZ (2003, p. 12) enquanto esta última – a avaliação sumativa – informa acerca do sucesso de um determinado programa ou projeto quando ele já está terminado (faz-se a avaliação sumativa do Projeto Educativo de uma determinada escola no final do seu período de vigência), a avaliação formativa visa melhorar o resultado enquanto o processo decorre.

Porém, importa fazer uma distinção entre dois tipos de avaliação formativa. De facto, no âmbito da avaliação de projetos e instituições são, habitualmente, considerados dois tipos de avaliação formativa: a avaliação de implementação e a avaliação de progresso. A primeira informa se um projeto está a ser posto em prática (implementado) conforme o planeado; a segunda dá uma medida de aproximação à consecução dos objetivos do projeto durante o seu próprio desenvolvimento.

Note-se que o elemento essencial da avaliação formativa é a informação que é prestada aos intervenientes, ou seja, o *feedback.* No domínio da avaliação de escola poder-se-ia dizer que a qualidade do *feedback* sobre o desempenho da escola, fornecido aos membros da respetiva comunidade educativa, é o elemento essencial da eficácia da autoavaliação.

Do ponto de vista de uma avaliação orientada pela compaixão, o que está em apreciação é o esforço, o empenho e a boa vontade dos participantes num determinado projeto ou empreendimento, não é a consecução de objetivos nem são os efeitos das estratégias utilizadas no empreendimento em causa. Os critérios de avaliação referem-se, neste caso, às boas intenções dos participantes, o que diz muito pouco sobre o projeto.

Muitos autores atribuíram numerosas funções à Avaliação. ARREDONDO (2004, p. 41), em forma de síntese, destaca as que considera principais:

- Avaliação como diagnóstico de necessidades e do ponto de situação;
- Avaliação como orientação da planificação-ação;
- Avaliação como atitude para o desenvolvimento do projeto;
- Avaliação como indagação e investigação de resultados;
- Avaliação como apoio para a inovação para a melhoria;
- Avaliação como testemunho e acreditação das tarefas realizadas.

Em suma, podemos destacar as seguintes fases do processo avaliativo, que iremos seguir neste PEM:

Quadro n.º 30 - Fases do processo avaliativo

1	Recolha da informação
2	Estabelecimento de um juízo de valor
3	Elaboração de relatório
4	Tomada de decisões

Alguns autores destacam, de igual modo, os objetivos da avaliação educativa. HARGREAVES (2001, p. 146) releva os seguintes: Responsabilização, Certificação, Diagnóstico e Motivação. E especifica:

a) Responsabilização: Uma vez que os contribuintes investem dinheiro na Educação, querem garantir que o seu dinheiro é bem aplicado;

b) Certificação: A certificação atesta a competência dos participantes nos projetos educativos, numa área particular da aprendizagem;

c) Diagnóstico: A avaliação permite ao professor e/ou ao organizador do projeto, apreciar o processo de aprendizagem, identificar os níveis de compreensão, localizar problemas e oferecer ajuda individual ou ajustar o programa de acordo com as dificuldades identificadas;

d) Motivação: Quando os estudantes/participantes no projeto educativo estão envolvidos no processo de avaliação, a avaliação pode motivar a ajudar a criar, entre todos, uma maior responsabilização pela sua própria aprendizagem.

VII. Bibliografia aconselhada

ALAIZ, Vítor; GOIS, Eunice; GONÇALVES, Conceição (2003). *Auto-avaliação das escolas. Pensar e praticar.* Porto: Ed. Asa Editores SA.

ALFIERI, F. (1990).El papel de las instituciones locales en el sistema formativo integrado*. Ajuntament de Barcelona: La Ciudad Educadora.* Barcelona: p. 163-174. Ed. Ajuntament de Barcelona.

ALFIERI, F. (1994). Politicas Xuvenis e Administracións Públicas*. Xunta de Galicia: Congreso Galego de Xuventude. Xoves: somos quen.* Santiago de Compostela: p. 9-46. Ed. Conselleria de Cultura e Xuventude, Xunta de Galicia.

ALVES, José Matias (1999). *Organização, Gestão e projecto Educativo das Escolas.* 5.ª Edição. Porto: Ed. Asa.

APPLE, Michael W. (1999), *Politicas culturais e educação*. Porto: Ed. Porto Editora.

ARREDONDO, Santiago Castillo; DIAGO, Jesús Cabrerizo (2004). *Evaluación de Programas de Intervención Socioeducativa: agentes y ámbitos*. Madrid: Ed. Pearson Educación SA.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS (2004). *Carta das Cidades Educadoras. Proposta Definitiva* (2004). Barcelona: Ed. ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS. Recuperada em 01 de maio de 2013 em http://w10.bcn.es/APPS/eduportal/pubFitxerAc.do?iddoc=84472

AZEVEDO, Joaquim (1994). *Avenidas da Liberdade. Reflexões sobre política educativa*. Porto: Ed. Asa.

BARBIER, Jean-Marie (1996). *Elaboração de projectos de acção e planificação*. Porto: Ed. Porto Editora.

BELTRÃO, Luísa e NASCIMENTO, Helena (2000). *O desafio da cidadania na escola*. Lisboa: Ed. Presença.

BORJA, J. e outros (1991). *Las grandes ciudades en la década de los noventa*. Madrid: Ed. Editorial Sistema.

BORJA, J (1998). *La ciutat del futur i el futur de les ciutats*. Barcelona: Ed. Fundació Campalans.

BROWN, Sally; RACE, Phil; SMITH, Brenda (2000). *Guia da avaliação*. Lisboa: Ed. Presença.

CABEZUDO, Alicia (2004). Cidade educadora: uma proposta para os governos locais. *Cidade Educadora. Princípios e Experiência*s. Barcelona: p. 11-14. Ed. Cortez Editora.

CABEZUDO, Alicia; GADOTI, Moacir; PADILLA, Paulo Roberto (org) (2004a). Cidade Educadora princípios e experiências. São Paulo. Ed. Cortez Editora.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA MADEIRA (2006). *Carta Educativa do Município de S. João da Madeira.* S. João da Madeira: Ed. Câmara Municipal de S. João da Madeira.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA MADEIRA (2013). *Relatório da Evolução da Rede Educativa.* S. João da Madeira: Ed. Câmara Municipal de S. João da Madeira.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA MADEIRA (2005). *Projecto Educativo Municipal.* S. João da Madeira: Ed. Câmara Municipal de S. João da Madeira.

CANÁRIO, Rui (1999). Desenvolvimento local e educação não formal. *Educação e ensino, n.º 11*. Setúbal: pp. 31-34. Ed. Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal.

CARNEIRO, Roberto (1999). Educación para la ciudadanía y das ciudades educadoras. *Proyecto Educativo de Ciudad – la Educación, clave para el conocimiento y la convivencia*. Barcelona: p. 168-203. Ed. Institut d'Educació de l' Ajuntamient de Barcelona.

CARNEIRO, Roberto (2000). *Educação para a Cidadania e Cidades Educadoras.* Texto policopiado.

CARVALHO, Carolina; SOUSA, Florbela e PINTASSILGO, Joaquim (org) (2005). *A educação para a cidadania como dimensão transversal do currículo escolar.* Porto: Ed. Porto Editora.

CLÍMACO, Maria do Carmo (1992). *Monitorização e Práticas de Avaliação das Escolas.* Lisboa: Ed. Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação.

COSTA. John Nelson (2007). *A planificação educativa dos municípios da Área Metropolitana do Porto segundo o conceito de cidade educadora*. Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Porto.

FERNANDES, António Teixeira (1997). *Poder autárquico e poder regional*. Porto. Ed. Brasília Editora.

FERNANDES, António Sousa (1999). Descentralização educativa e projecto regionalização. *Comunidades Educativas- novos desafios à educação básica*. Braga: Ed. Livraria Minho.

FERNANDES, António Sousa (2004). *Município, Cidade e territorialização educativa.* Políticas e Gestão Local de Educação. Aveiro: pp. 35-43. Ed. Universidade de Aveiro.

FÉRNANDEZ-BALLESTEROS, Rocío (org) (1996). *Evaluación de Programas. Una guia práctica en ámbitos sociales, educativos y de salud.* Madrid: Ed. Editorial Síntesis SA.

FERREIRA, Fernando Ilídio (2005). *O Local em Educação. Animação, Gestão, Parceria*. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian.

FORMOSINHO, João; FERNANDES, A. Sousa; MACHADO, Joaquim; FERREIRA, Fernando Ilídio (2005). *Administração da Educação. Lógicas burocráticas e lógicas de mediação.* Porto: Ed. Asa.

GÓMEZ-GRANELL, Cármen & VILA, Ignacio (Org.) (2001). *A cidade como projecto educativo.* Porto Alegre: Ed. Artmed.

GUERRA, Miguel Ángel Santos (2002). *Os desafios da participação. Desenvolver a democracia na escola*. Porto: Ed. Porto Editora.

HARGREAVES, Andy; EARL, Lorna; RYAN, Jim (2001). *Educação para a mudança. Reinventar a escola para os jovens estudantes*. Porto: Ed. Porto Editora.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2009). Anuário Estatístico da Região Norte 2009. Porto. Ed. Instituto Nacional de Estatística

MACHADO, Joaquim (2004). *Escola, Município e cidade educadora, A coordenação local de educação.* Políticas e Gestão Local de Educação. Aveiro: pp. 161-172. Ed. Universidade de Aveiro.

MARCHIONI, Marco (1989). *Planificación social y organización de la comunidad. Alternativas avanzadas a la crisis*. Madrid. Ed: Popular.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira (1999). Cultivar a experiência cívica de uma Escola. *Educação para a cidadania, teorias e práticas*. Lisboa: p. 77-81. Ed. Asa.

MOLAS, Isidre (1990). *La Ciudad Educadora*. Barcelona: Ed. Ajuntament de Barcelona.

MONTEIRO, Alfredo (1997). *Distrito de Setúbal foi pioneiro*. Educação e Ensino, nº 11. Setúbal: pp. 19-23. Ed. Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal.

OLIVEIRA, César (1996). A construção do poder local democrático 1976-1993. César Oliveira (dir.). *História dos municípios e o poder local*. Lisboa: Temas e debates, pp. 361-401.

PINTO, J. Cabral (2001). Prefácio. In CABALLO, Maria Belén. *A cidade educadora de organização e intervenção municipal*. Lisboa: p. 7-11. Ed. Instituto Piaget.

RUIVO, Fernando (1993). Um estado labiríntico: a propósito das relações entre o poder central e o poder local em Portugal. Silva Costa e Pinheiro Nevez (coords.). *Autarquias locais e desenvolvimento*. Porto: Ed. Afrontamento.

SANVISENS, Alexandre (1990). Hacia un concepto de ciudad educadora. *La ciudad Educadora.* Barcelona: p. 141-151. Ed. Ayuntamiento de Barcelona.

TONUCCI, Francesco (2004). *La ciudad de los niños*. Madrid. 5. ª Ed: Fundación Germán Sánchez Ruipérez.

TRILLA BRENET, J. (1990). *La Ciudad Educadora*. Introducción. Barcelona: p. 13-21. Ed. Ayuntamiento de Barcelona.

VALLESPIR SOLER, J. (1987). *Ayntamientos y educación. Modelos de Intervención socioeducativa.* Madrid: p. 183-204. Ed. Narcea.

VASCONCELOS, Maria Lúcia e BRITO, Regina (2006). *Conceitos de educação de Paulo Freire*. São Paulo: Ed. Editora Vozes.

VILA, Ignacio e GÓMEZ-GRANELL, Carmen (org.) (2003). *A Cidade como Projeto Educativo*. Porto Alegre. Ed: Artmed.

VILLAR, Maria Belén Caballo (2001). *A Cidade Educadora*. Lisboa: Ed: Instituto Piaget.

VIII. Anexos

Anexo 1: Resultados do Questionário à Comunidade Educativa

No questionário que foi aplicado à comunidade educativa, os inquiridos analisaram as áreas de intervenção que consideram prioritárias e, assim, posicionaram a sua resposta tendo em consideração que 1 corresponde a “Nenhuma importância” e 5 a “Elevada importância”. Se a resposta fosse “Não sei” o inquirido teria que optar pelo nº 6. Os gráficos seguidamente apresentados referem-se ao tratamento estatístico das respostas do questionário.

Gráfico 1: Educação, ciência e tecnologia

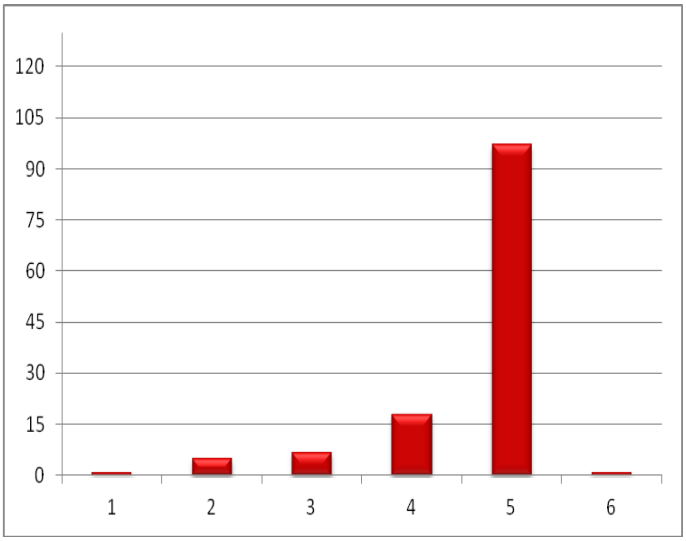


Gráfico 2: Educação para a e segurança rodoviária

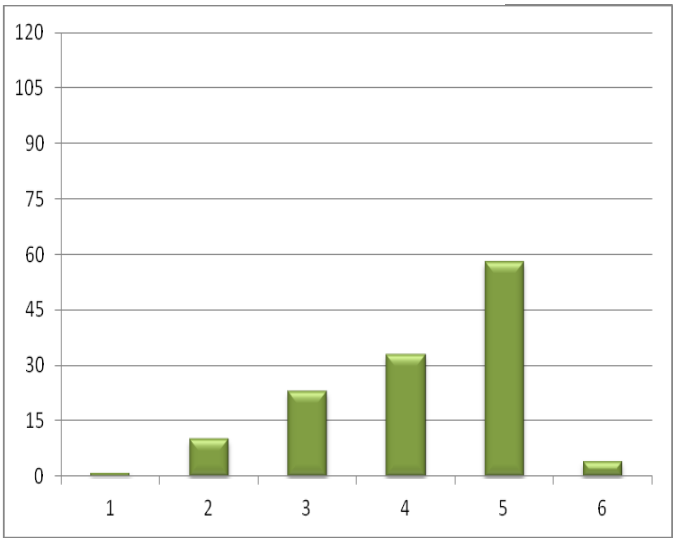


Gráfico 3: Educação para a alimentação saudável

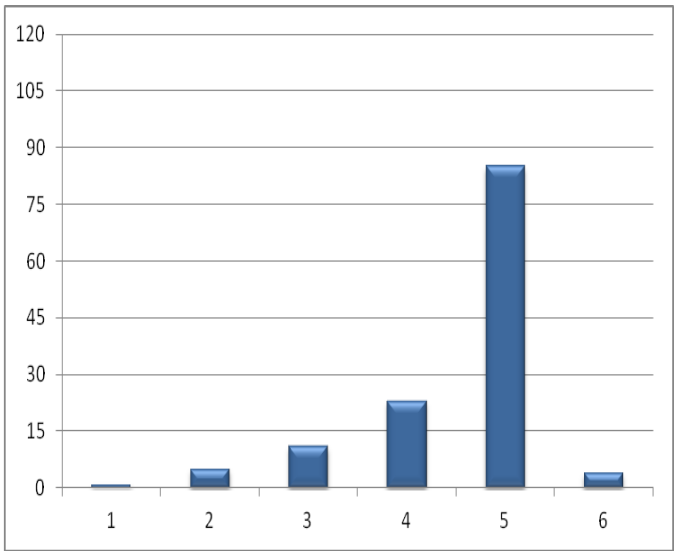


Gráfico 4: Educação para a saúde e prevenção de riscos

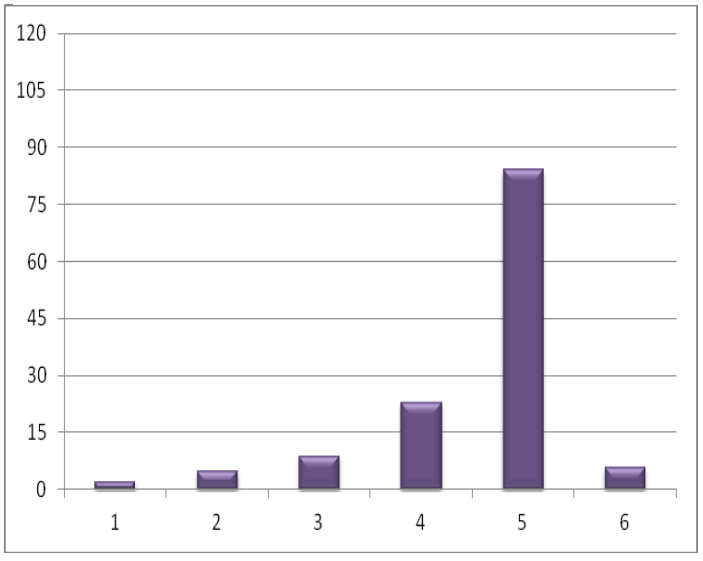


Gráfico 5: Educação para a prática desportiva e de hábitos saudáveis

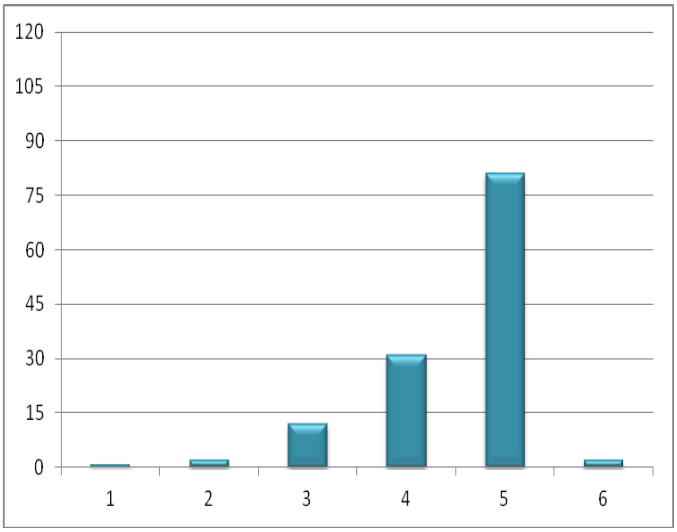


Gráfico 6: Educação ambiental

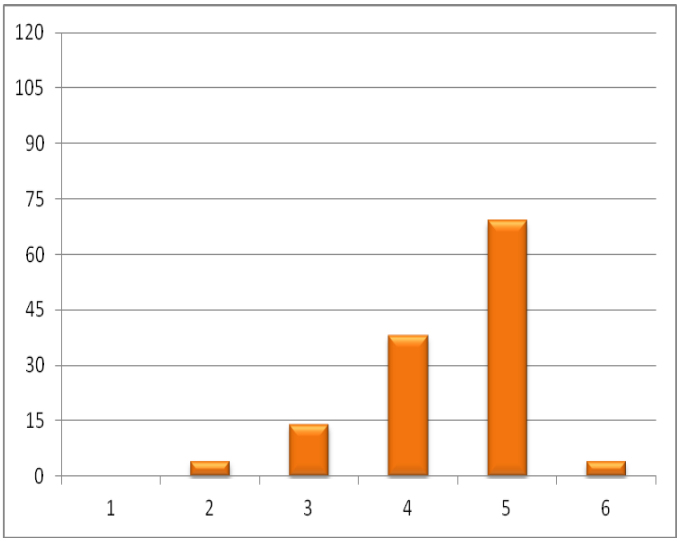


Gráfico 7: Educação para a promoção da leitura

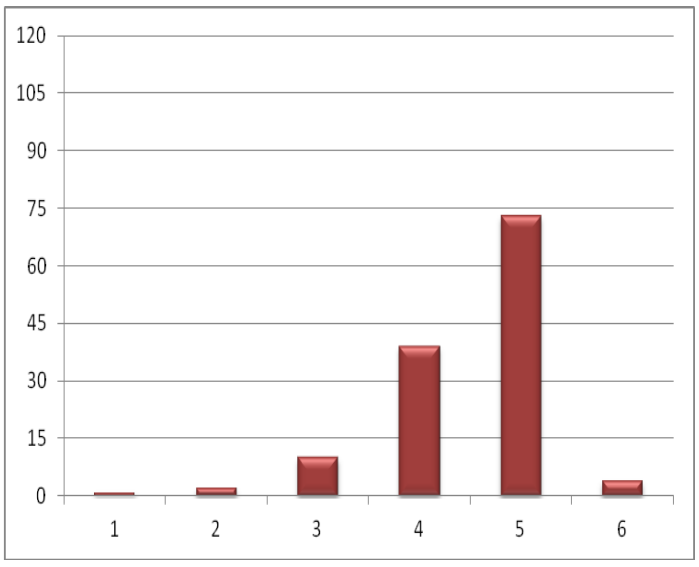


Gráfico 8: Educação para a igualdade de género

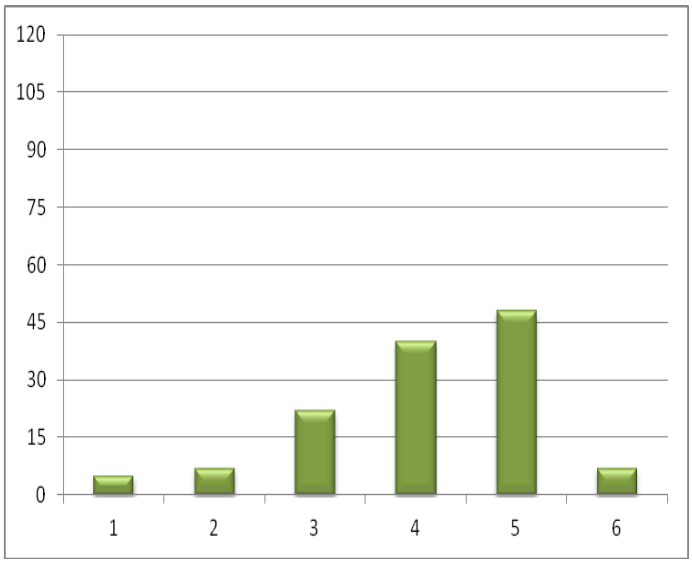


Gráfico 9: Educação para a multiculturalidade, paz e solidariedade

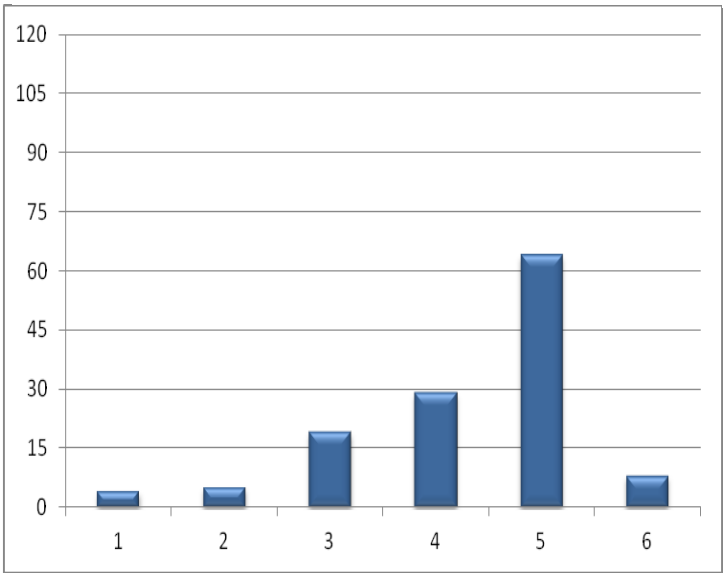


Gráfico 10: Educação para o fomento das relações intergeracionais

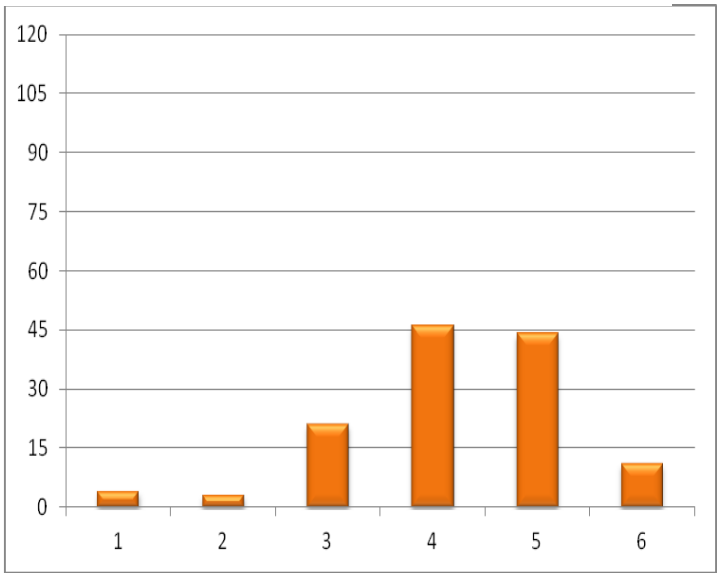


Gráfico 11: Educação a inclusão das Necessidades Educativas Especiais (N.E.E.)

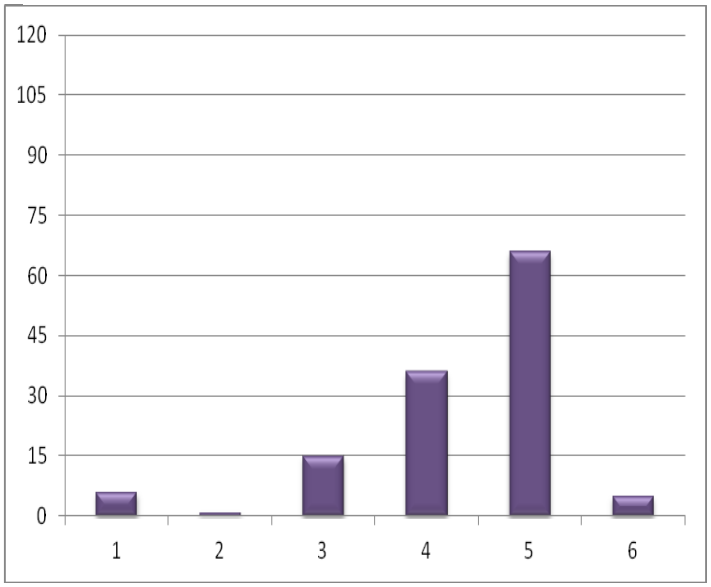


Gráfico 12: Educação psicopedagógica

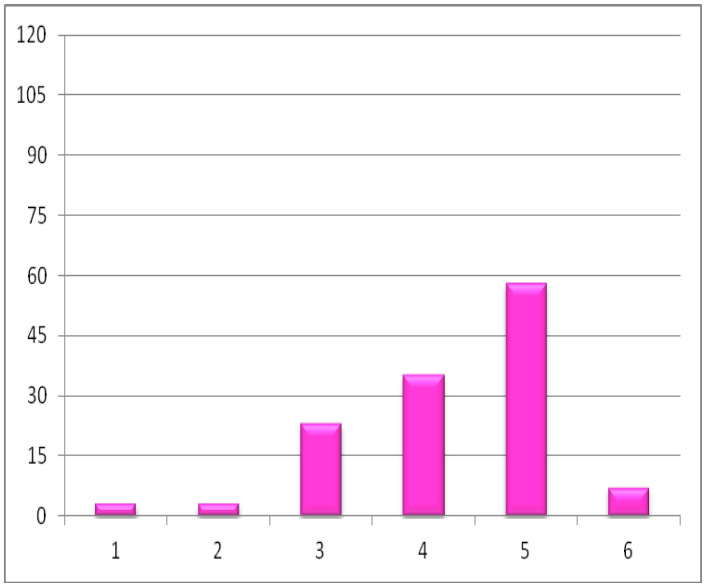


Gráfico 13: Educação para o empreendedorismo

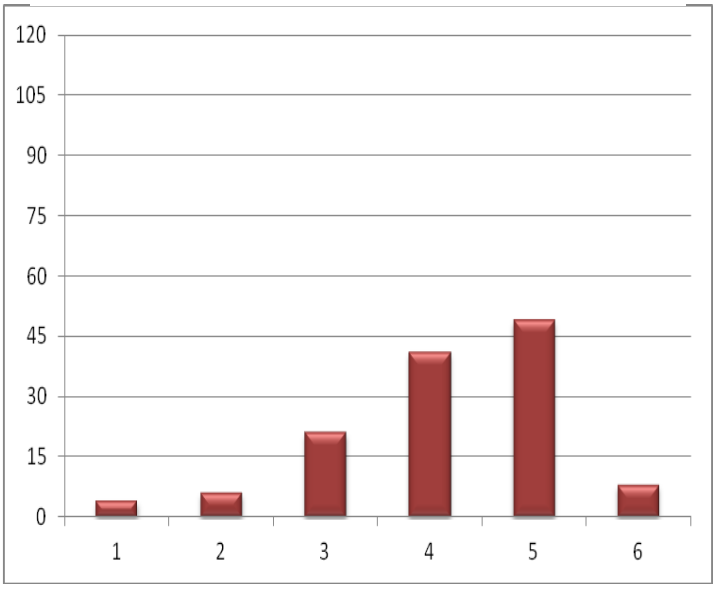


Gráfico 14: Educação para a cidadania

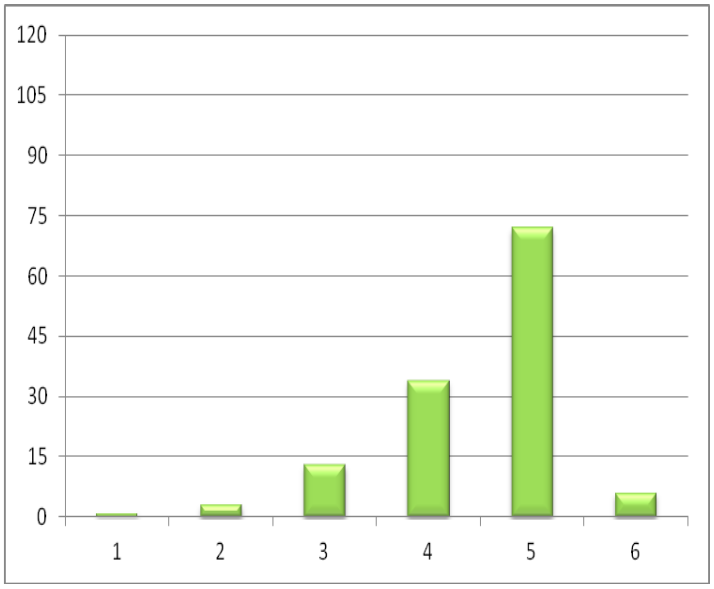


Gráfico 15: Educação para a gestão do espaço urbano e arquitetura

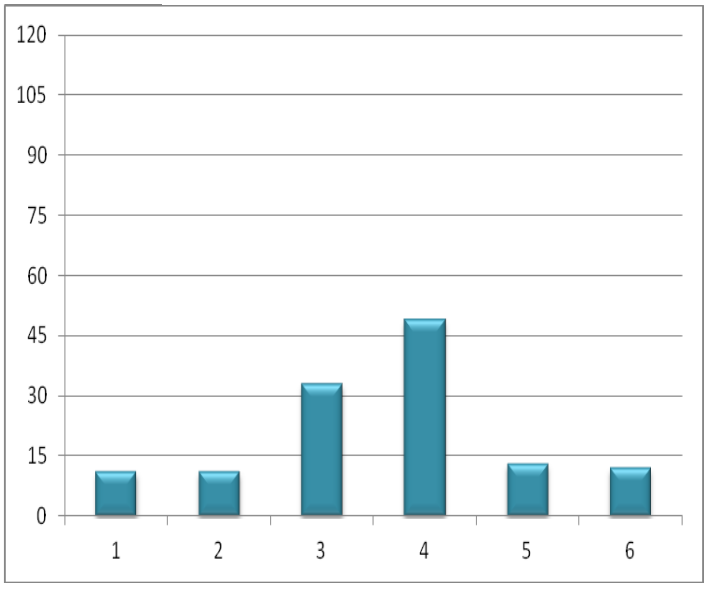


Gráfico16: Educação para o património

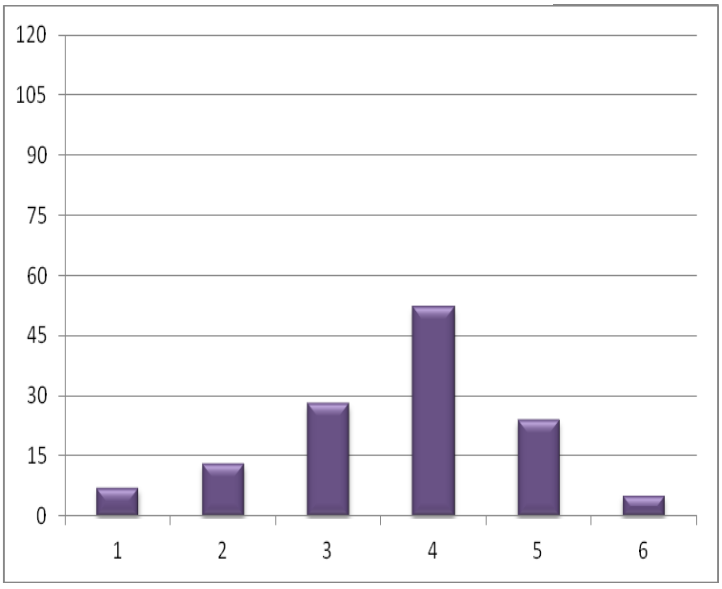


Gráfico 17: Educação para o cinema

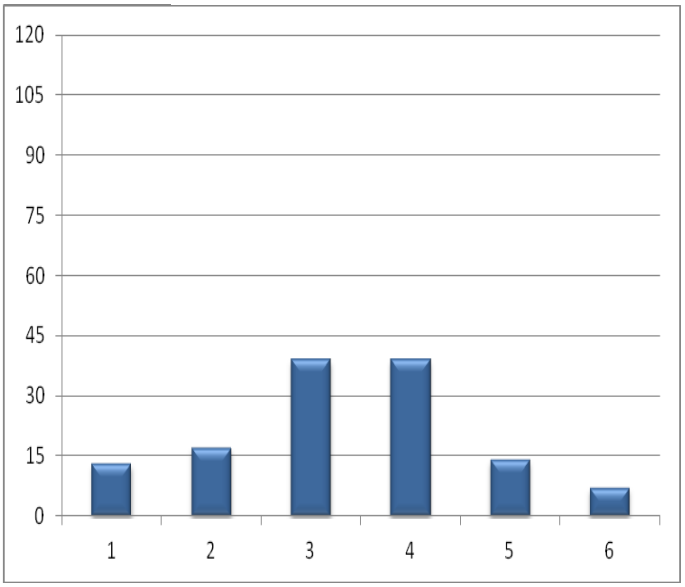


Gráfico 18: Educação para o teatro

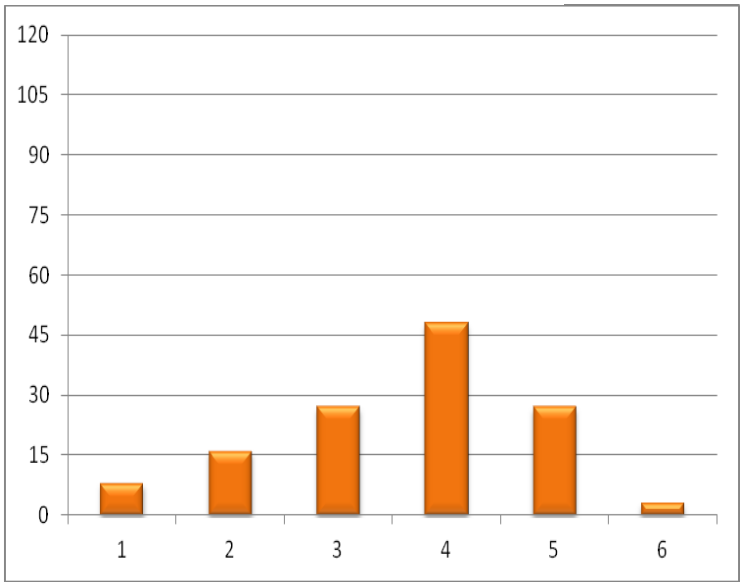


Gráfico 19: Educação para a música

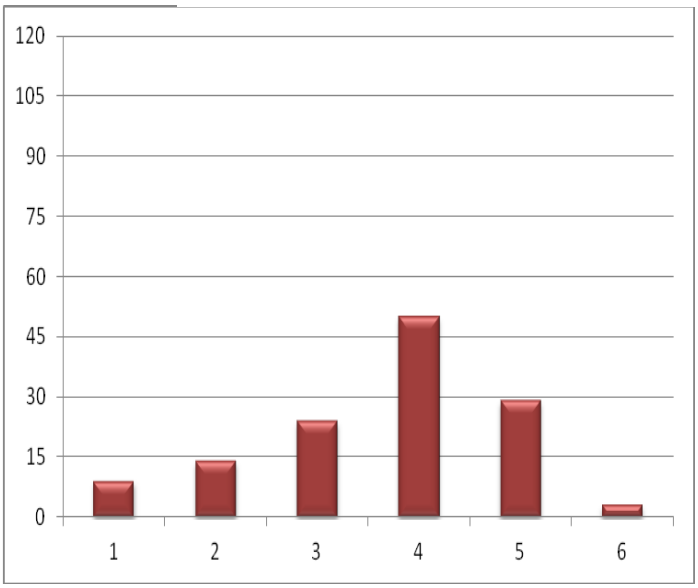


Gráfico 20: Educação para a média

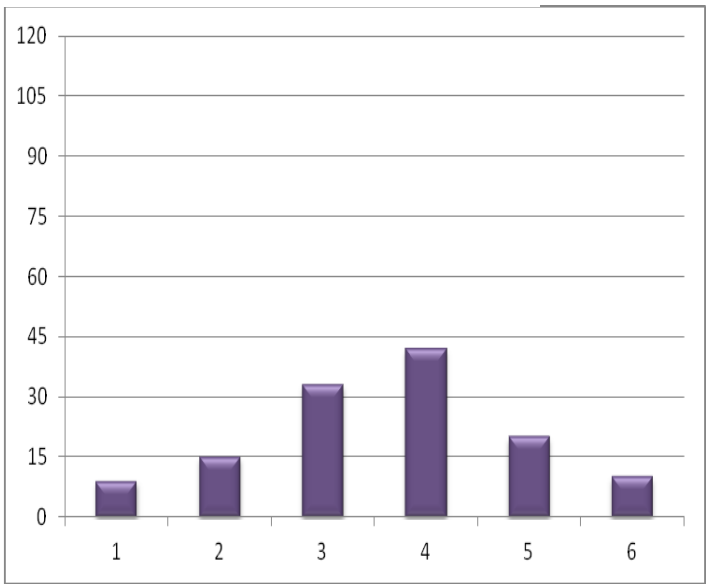


Gráfico 21: Educação para a expressão artística

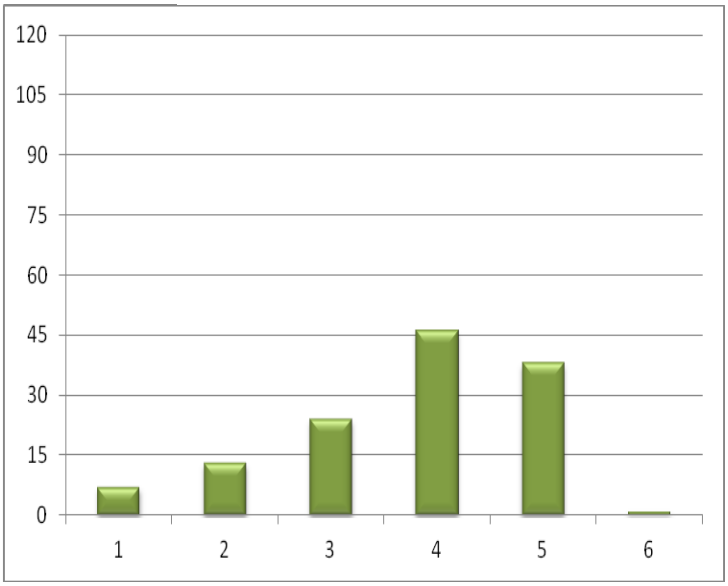


Gráfico 22: Ensino de línguas estrangeiras no pré-escolar

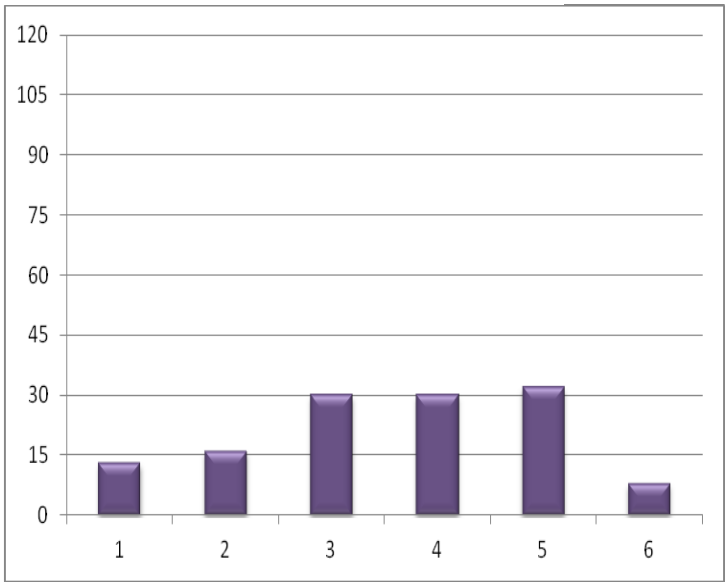


Gráfico 23: Ensino de línguas estrangeiras no 1º ciclo

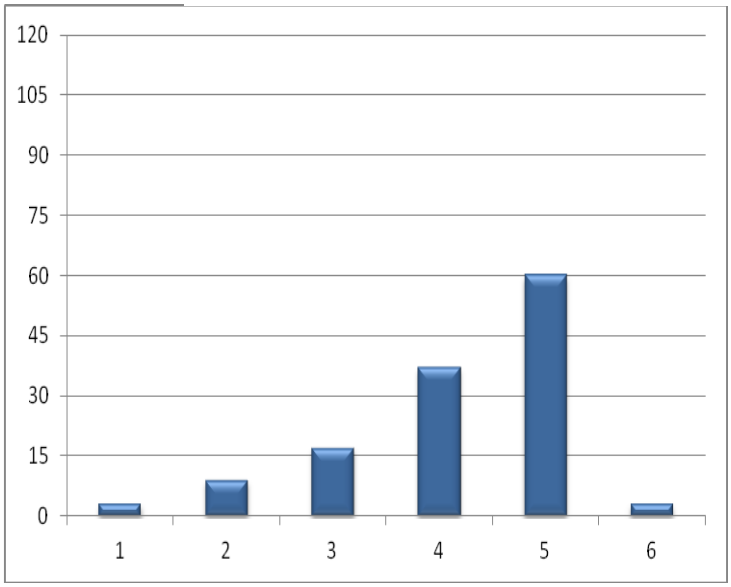


Gráfico 24: Combate ao insucesso escolar e abandono precoce

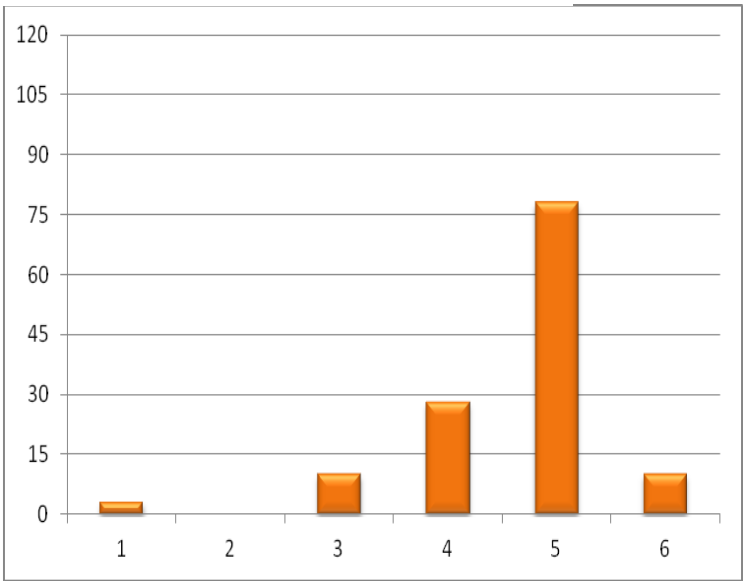


Gráfico 25: Promover atividades de ligação da Escola com as Famílias

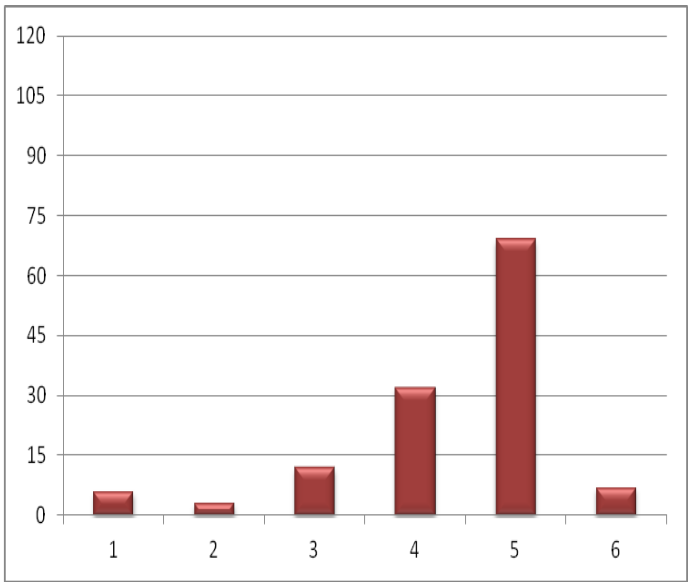


Gráfico 26: Promover atividades de ligação da escola com os equipamentos culturais do concelho

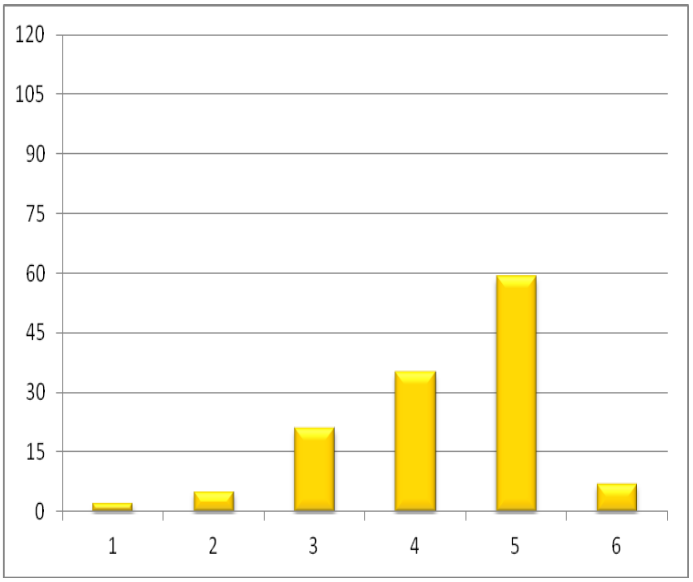


Gráfico 27: Medição do grau de inclusão dos alunos no mercado de trabalho após cursos profissionais

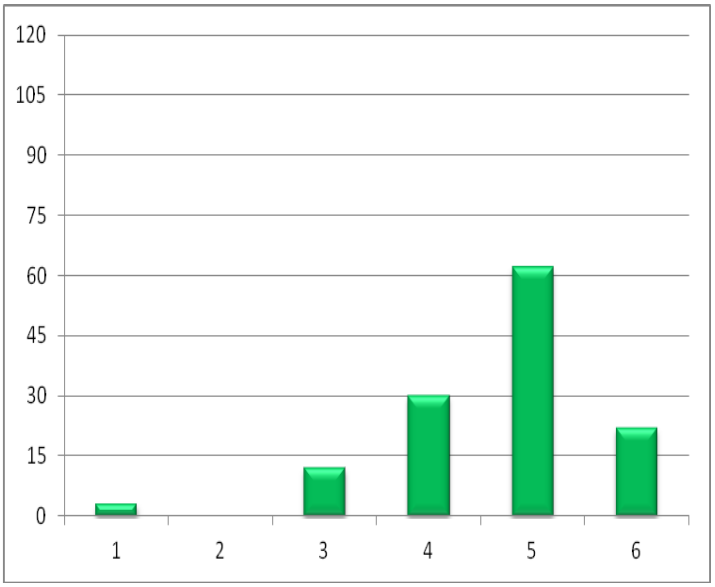


Gráfico 28: Jornadas e sessões temáticas para a comunidade educativa

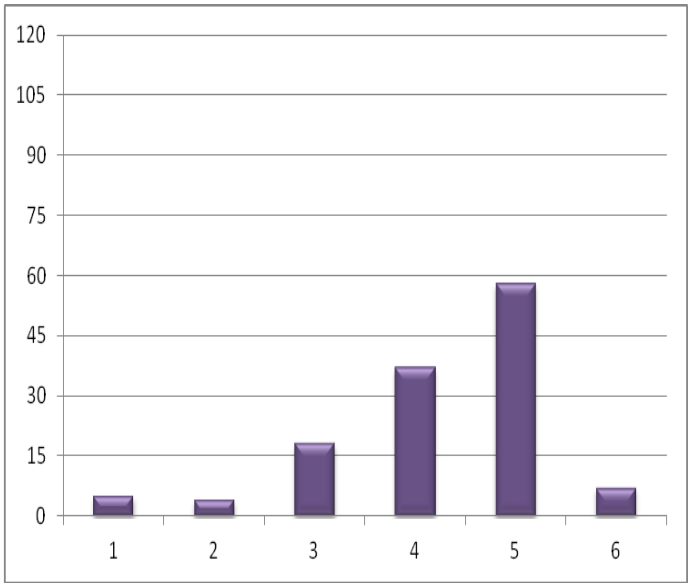


Gráfico 29: Decoração das rotundas pelas escolas e associações

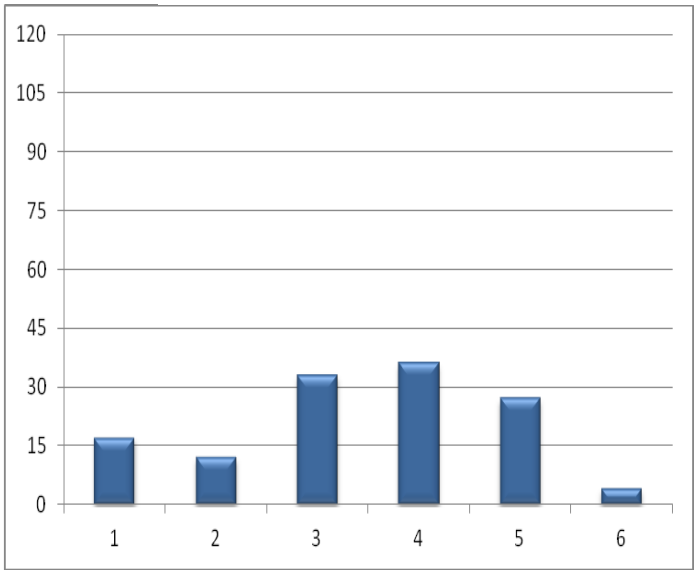


Gráfico 30: Carnava das Escolas

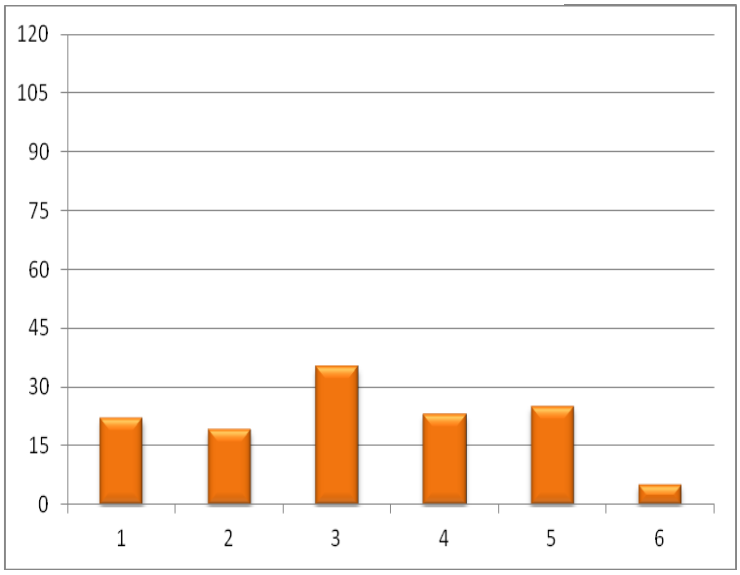


Gráfico 31: Dia Mundial da Criança

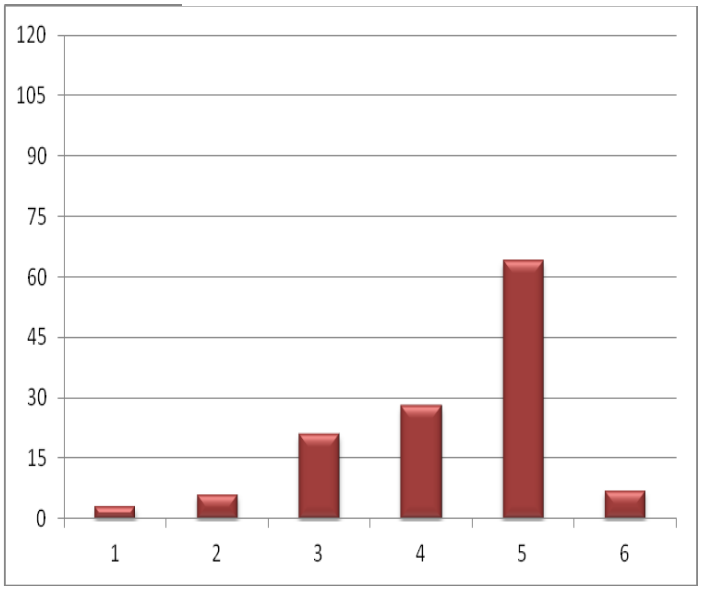


Gráfico 32: Marchas de S. João

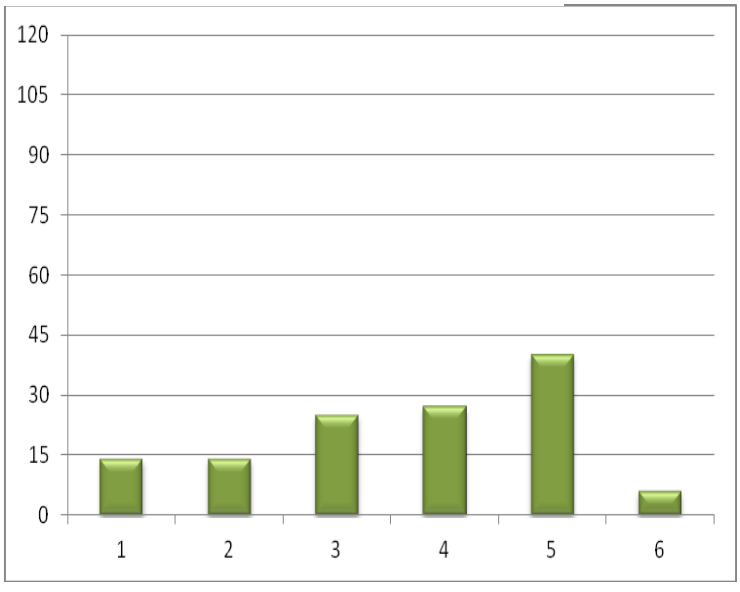
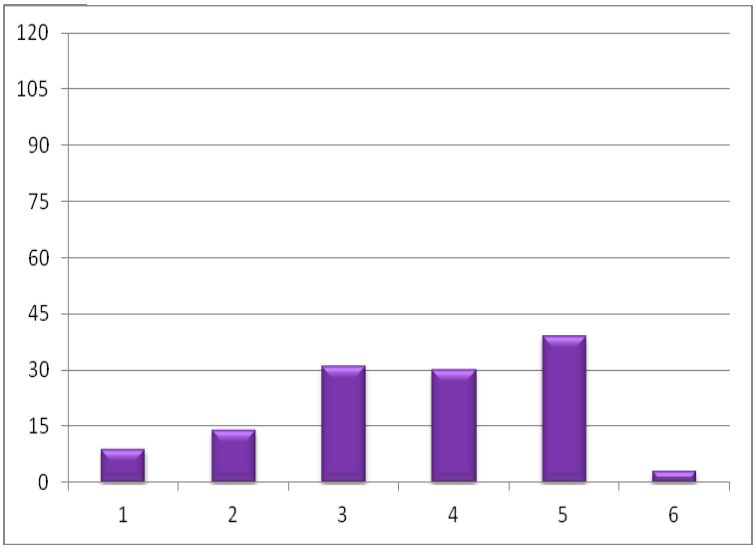


Gráfico 33: A Cidade no Jardim



ANEXO 2

**(Rede de parceiros
do concelho de S. João da Madeira)**

Quadro 1: Estruturas e equipamentos culturais

Nome	Proprietário/gestor	Morada
Academia de Música	ACAM – Associação Cultural Alão de Morais	Academia de Música Rua Visconde
Banda de Música de S. João da Madeira	Banda de Música de S. João da Madeira	Edifício dos Bombeiros Voluntários Largo Conde Dias Garcia 3700 S. João da Madeira
Biblioteca Municipal Dr. Renato Araújo	Município de S. João da Madeira	Rua Alão de Morais, 3700- S. João da Madeira
Casa da Criatividade	Município de S. João da Madeira	Largo 25 de Abril 3700 S. João da Madeira
Centro de Arte de S. João da Madeira	ACAM – Associação Cultural Alão de Morais	Av. Dr. Renato Araújo, 441 1º andar, 3700- S. João da Madeira
Museu da Chapelaria	Município de S. João da Madeira	Rua Oliveira Júnior, 501, 3700- S. João da Madeira
Paços da Cultura	Município de S. João da Madeira	Rua 11 de Outubro, 3700- S. João da Madeira

Quadro 2: Estruturas e equipamentos desportivos

Nome	Proprietário/gestor	Morada
ARMA – Associação Sanjoanense de Artes Marciais	ARMA – Associação Sanjoanense de Artes Marciais	Avenida da Liberdade, 615-sala c 3700-166 S. João da Madeira
Associação da Promoção da Juventude - APROJ	Associação da Promoção da Juventude - APROJ	Av. Dr. Renato Araújo - 441 Centro Coordenador de Transportes 3700-244 São João da Madeira
Associação Estamos Juntos	Associação Estamos Juntos	Complexo Desportivo Paulo Pinto Rua de Ribes3700 - 349 S. João da Madeira
Associação Portuguesa de	Associação Portuguesa de	Avenida Renato Araújo, Casa das

SHAOLIN – SHAOLIN SI	SHAOLIN – SHAOLIN SI	Associações 3700 S. João da Madeira
Centro de Formação Desportiva	Município de S. João da Madeira	Avenida Arantes Oliveira, 3700- S. João da Madeira
Complexo Desportivo Paulo Pinto	Município de S. João da Madeira	Avenida do Brasil, 3700- S. João da Madeira
Pavilhão ADS	Associação Desportiva Sanjoanense	Avenida Benjamim Araujo, 3700- S. João da Madeira
Pavilhão Municipal das Travessas	Município de S. João da Madeira	Zona Industrial das Travessas, 3700- S. João da Madeira

Quadro 3: Estruturas e equipamentos de formação profissional

Nome	Proprietário/gestor	Morada
ACADEMIA APAMM	ACADEMIA APAMM	Rua Dr. Sá Carneiro, 190; 3700 – 254 *São João da Madeira*
ASJ - ASSOCIAÇÃO SÃO JOÃO	ASJ - ASSOCIAÇÃO SÃO JOÃO	Rua Camilo Castelo Branco, 130 3700-076 S. João da Madeira
C.E.I. – Centro de Educação Integral	C.E.I. – Centro de Educação Integral	Rua o Jornal O Regional, 378, 3700- S. João da Madeira
Centro de Emprego e Formação Profissional de Entre Douro e Vouga	IEFP – Instituto do Emprego e da Formação Profissional	Avenida Benjamim Araújo, 375 3700-061 S. João da Madeira
Centro de Formação de Associação de Escolas Terras de Santa Maria	Ministério de Educação	Escola EB 2,3 de Arrifana Travessa Manhouce, 3700 Arrifana VFR
CENTRO TECNOLÓGICO DO CALÇADO DE PORTUGAL	CENTRO TECNOLÓGICO DO CALÇADO DE PORTUGAL	Rua de Fundões - Devesa Velha 3700-121 S. João da Madeira
CERCI	CERCI	Rua da Mourisca, 396 3701-911 S. JOÃO DA MADEIRA
CFPIC- Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado	CFPIC- Centro de Formação Profissional da Indústria do Calçado	Devesa Velha, apartado 13, 3700- S. João da Madeira

DECEL -Externato D. Dinis	DECEL -Externato D. Dinis	Rua Padre Américo, 242, 3700- S. João da Madeira
PAÇO NA FORMAÇÃO, LDA	PAÇO NA FORMAÇÃO, LDA	Rua dos Bombeiros Voluntários, 350 3700 S. João da Madeira
UNIVERSIDADE ABERTA	UNIVERSIDADE ABERTA	Sanjotec Rua de Fundões, n.º 151, 3700-121 S. João da Madeira.

Quadro 4: Estruturas e equipamentos sociais

Nome	Proprietário/gestor	Morada
ACAIS – Associação do Centro de Apoio aos Idosos Sanjoanenses	ACAIS – Associação do Centro de Apoio aos Idosos Sanjoanenses	Rua Alão de Morais, 237, 3700- S. João da Madeira
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA "É BOM VIVER"	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA "É BOM VIVER"	Casa das Associações de S. João da Madeira Avenida Dr. Renato Araújo 431, 3º andar 3700 - 444
Associação de Jovens Ecos Urbanos	Associação de Jovens Ecos Urbanos	Praça Luís Ribeiro, nº 23, 5º andar, sala 51, apartado 523, 3700- S. João da Madeira
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de S. João da Madeira	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de S. João da Madeira	Rua dos Sapateiros, nº 162, R/C, 3700- S. João da Madeira
CONFERÊNCIA DE S. VICENTE DE PAULO E S. JOSÉ	CONFERÊNCIA DE S. VICENTE DE PAULO E S. JOSÉ	
Cruz Vermelha Portuguesa	Cruz Vermelha Portuguesa	Rua Dr. Sá Carneiro, 245, 3700- S. João da Madeira
FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE S. JOÃO DA MADEIRA	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE S. JOÃO DA MADEIRA	
HABITAR S. JOÃO – ENTIDADE EMPRESARIAL MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	HABITAR S. JOÃO – ENTIDADE EMPRESARIAL MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	Praça Barbezieux, 2351. 3700-055 *São João* da Madeira
INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL – CENTRO DISTRITAL DE	INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL – CENTRO DISTRITAL DE AVEIRO – SERVIÇO LOCAL DE S. JOÃO	Avenida Dr. Renato Araújo 431, 3º andar 3700 - 444

AVEIRO – SERVIÇO LOCAL DE S. JOÃO DA MADEIRA	DA MADEIRA	
Santa Casa da Misericórdia de S. João da Madeira	Santa Casa da Misericórdia de S. João da Madeira	Rua Manuel Leite Júnior, 3700- S. João da Madeira

Quadro 5: Estruturas e equipamentos ambientais

Nome	Proprietário/gestor	Morada
Associação ANI São João	Associação dos Amigos dos Animais - ANI São João	
Canil Intermunicipal das Terras de Santa Maria	Associação de Municípios de Terras de Santa Maria	Serra do Pereiro, Ossela 3720 Oliveira de Azeméis
Ecocentro Municipal	Município de S. João da Madeira	Rua das Águas 3700 S. João da Madeira

Quadro 6: Outros recursos

Nome	Proprietário/gestor	Morada
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DOS CONCELHOS DE OVAR E S. JOÃO DA MADEIRA	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DOS CONCELHOS DE OVAR E S. JOÃO DA MADEIRA	Rua Visconde de São João da Madeira 2291, 3700 São João da Madeira
Centro de Saúde de S. João da Madeira	Agrupamento de Centros de Saúde de Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira	R. Vale do Vouga 1332 3700-298 São João da Madeira
CLUBE DE EMPRESÁRIOS DE S. JOÃO DA MADEIRA	CLUBE DE EMPRESÁRIOS DE S. JOÃO DA MADEIRA	RUA DE JOÃO DE DEUS, 76 4º andar - SALA J 3700-149 S. João da Madeira
Escola Inglesa, Escola de Línguas, Lda	Escola Inglesa, Escola de Línguas, Lda	Rua Visconde de São João da Madeira 3700 São João da Madeira
Federação Concelhia de Associações de Pais	Federação Concelhia de Associações de Pais	Avenida Renato Araújo, Casa das Associações, 3.º andar 3700-244 S. João da Madeira

Hospital de S. João da Madeira	Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga	Avenida da Misericórdia 3700-190 S. João da Madeira
Instituto de Línguas de S. João da Madeira	ACAM – Associação Cultural Alão de Morais	Largo Durbalino Laranjeira 3700 S. João da madeira
JUNTA DE FREGUESIA DE S. JOÃO DA MADEIRA	JUNTA DE FREGUESIA DE S. JOÃO DA MADEIRA	Avenida da Liberdade, Fórum Municipal 3700-956 S. João da Madeira
LIONS CLUBE	LIONS CLUBE	Avenida Renato Araújo, Casa das Associações 3700-244 S. João da Madeira
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	Rua Alão de Morais, Nº 183 3700-021 S. João da Madeira
ROTARY CLUB DE S. JOÃO DA MADEIRA	ROTARY CLUB DE S. JOÃO DA MADEIRA	Avenida Renato Araújo, Casa das Associações 3700-244 S. João da Madeira
SANJOTEC	SANJOTEC	Rua de Fundões, n.º 151, 3700-121 S. João da Madeira
SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL	Município de S. João da Madeira	Avenida da Liberdade, Fórum Municipal 3700-956 S. João da Madeira

S. João da Madeira
Câmara Municipal

FICHA TÉCNICA

Título	**Projeto Educativo Municipal de S. João da Madeira**

Redação e Coordenação	Nelson Costa Município de S. João da Madeira

Fonte de dados estatísticos	Direções e Secretarias das Escolas de S. João da Madeira

Colaboração	Marisa Almeida (Licenciada em Serviço Social)

Local e data	S. João da Madeira, junho de 2013

www.cm-sjm.pt

www.projectoeducativomunicipal.wordpress.com